

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Universidade Federal de Uberlândia

*— Expressões da Violência —
São Pedro de Uberabinha
(1890-1915)*

Heleno Felice de Barros

00878-EXPRESSOES DA VIOLENCIA SAO PEDRO

Autor: BARROS, HELENO FELICE DE

Trad.: ///

Edit.: UFU
UBERLANDIA

MG

S.8(7).

- 2000

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU

N.º 1392

Data 26 / 03 / 2001

Universidade Federal de Uberlândia

*– Expressões da Violência –
São Pedro de Uberabinha
(1890-1915)*

*Monografia apresentada ao Instituto
de História da Universidade Federal
de Uberlândia, sob a orientação da
Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Puga de
Sousa.*

Uberlândia – 2000

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio de Almeida

Profª. Ms. Rosa Maria Ferreira da Silva

Uberlândia, _____ de _____ de 2000

"Eu desconfiava:
todas as histórias em quadrinho são iguais.
Todos os filmes norte-americanos são iguais.
Todos os filmes de todos os países são iguais.
Todos os best-sellers são iguais.
Todos os campeonatos nacionais e internacionais de futebol são iguais.
Todos os partidos políticos são iguais.
Todas as mulheres que andam na moda são iguais.
Todas as experiências de sexo são iguais.
Todos os sonetos, gazéis, virelais, sextinas e rondós são iguais e todos, todos os poemas em verso livre são enfadonhamente iguais.
Todas as guerras do mundo são iguais.
Todas as fomes são iguais.
Todos os amores, iguais, iguais, iguais.
Iguais todos os rompimentos.
A morte é igualíssima.
Todas as criações da natureza são iguais.
Todas as ações, cruéis, piedosas ou indiferentes, são iguais.
Contudo, o homem não é igual a nenhum outro homem, bicho ou coisa.
Não é igual a nada.
Todo ser humano é um estranho ímpar."

(Carlos Drummond de Andrade)

Agradecimentos

Nem sempre podemos agradecer às pessoas que, de forma direta ou indireta contribuíram para nossas realizações, sendo este o espaço ideal para expressarmos nossa gratidão.

Agradeço ao pessoal do Arquivo Público Municipal de Uberlândia que, além do estímulo, sempre esteve pronto para servir às nossas necessidades.

Ao pessoal do CDHIS: Gaspar, Vélcio e Rosaria, obrigado pela atenção.

Ao professores dos Cursos de História, responsáveis diretos pela minha formação acadêmica, instruindo, apresentando fontes e bibliografias novas, que possibilitaram a realização deste, meu muito obrigado pelo carinho.

À Prof^a. Dr.^a Iraci Galvão Salles, por ter acreditado em mim, orientando meu primeiro projeto.

À Prof^a. Dr.^a Vera Lúcia Puga de Sousa, minha orientadora, que além de professora, sempre se apresentou como amiga. Obrigado por acreditar em minhas "loucuras" tornando-as possibilidades e por me "empurrar" nas horas em que eu acreditava não ser mais possível continuar.

Obrigado à professora e amiga Rosa Maria, que sempre me acompanhou no trabalho, se interessando pelo seu desenvolvimento. E, soube dizer exatamente o que eu necessitava ouvir nos momentos de "crise", para que não desanimasse e retomasse o curso normal da pesquisa.

Ao amigos: Ana Paula, Antunes, Dorian, Geraldo, Iara, Maúcia, Alessandra, Cláudia, Daniela, Cristiane, que, de uma forma ou de outra, também contribuíram através de discussões para o andamento desta pesquisa.

Aos meus pais que, apesar de não entenderem direito o que eu estava fazendo, sempre se puseram ao meu lado apoiando minhas "viagens" em busca de meu caminho, muito obrigado de coração.

À minha tia que, sem saber, me servia de fonte oral, sempre acrescentando dados novos que, davam norte à pesquisa.

Aos meus irmãos, cada um de sua maneira, obrigado pelo incentivo.

À D. Carmen, ao Carlos, Adriano e Roberta, meus sinceros agradecimentos pela compreensão e estímulo.

Ao Sr. Flávio, obrigado pelas conversas, muitas vezes esclarecedoras.

Aos colegas de curso, meu obrigado pelas discussões que realizávamos acerca dos textos lidos.

Aos novos colegas da CN (Programa Educar), obrigado pelo interesse demonstrado e pelo carinho com que fui recebido nesta "casa".

Dedicatória

Dedico este trabalho à co-autora dele, minha companheira Flávia, amiga, amada, amante e agora esposa que, desde o início do curso, sempre esteve ao meu lado, apoiando, "segurando" minhas crises e meus desabafos, incentivando e dando força para continuar minha caminhada por esta estrada tortuosa e cheia de espinhos. Com seu carinho, este percurso se tornou mais fácil de trilhar. Obrigado.

Sumário

<i>Introdução</i>	1
<i>Capítulo 1</i>	6
<i>Capítulo 2</i>	33
<i>Capítulo 3</i>	58
<i>Considerações Finais</i>	80
<i>Bibliografia e Fontes</i>	85
<i>Anexos</i>	94

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU

N.º

Data / /

Introdução

Esta pesquisa teve início em 1997, e seu objetivo foi o de identificar a origem dos trabalhadores que compunham o Triângulo Mineiro no período de 1890-1920. Para isso concorremos a um financiamento do PIBIC/CNPq/UFU que nos permitiu efetivá-la. Após darmos os primeiros passos rumo ao levantamento documental, deparamo-nos com as dificuldades impostas pela falta de material para análise. A opção, então apontada pela orientadora do projeto, Prof^a. Dr.^a Iraci Galvão Salles, era a de concentrar nossos estudos em São Pedro de Uberabinha. Recorremos então à disponibilidade documental existente no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, incluindo jornais, atas e códigos de postura, e encontramos dificuldade em localizá-los, segundo o período cronológico por nós adotado. Ao final do primeiro ano de pesquisa, a Prof^a. Iraci aposentou-se, o que levou à finalização desse projeto. Entretanto, em contato com a Prof^a. Dr.^a Vera Lúcia Puga de Sousa, a possibilidade de retomá-lo surgiu novamente e, em agosto de 1998, o renovamos por mais um ano, naquele momento, já dirigindo todas as atenções à formação do mercado de trabalho em Uberabinha, de 1900 a 1920.

O problema da falta de fontes documentais ainda rondava nossa pesquisa quando vislumbramos a possibilidade de explorar outro corpo documental: processos crimes guardados no Arquivo do Fórum Abelardo Pena de Uberlândia - MG. Inicialmente, tivemos algumas dificuldades para analisar essa nova fonte, uma vez que, no arquivo não havia uma ordenação que nos auxiliasse a localizar tais documentos, além de haver pessoa alguma responsável pela documentação que pudesse nos orientar. Vale acrescentar também que nos esbarramos em outros problemas, tais como: péssimas condições de acondicionamento das fontes, poeira, umidade, traças e brocas.

Tivemos acesso a processos espalhados pelo chão de um banheiro e recebendo constantes "respingos" de uma torneira defeituosa. Não havia local próprio para a pesquisa, o que nos levou a ler o material sentados em caixas de papelão ou no chão, sob uma iluminação imprópria para a consulta.

Apesar das dificuldades, o acesso aos processos crimes compensou todos os esforços, pois nos permitiu o contato direto com boa parcela da população de São Pedro de Uberabinha que, através de suas colocações nos autos, nos indicavam como era a cidade naquele período, quais as profissões existentes, quais os tipos de crime mais comuns, aguçando paulatinamente nossa curiosidade perante o assunto. Após um período de, aproximadamente, oito meses, as relações entre a orientadora desse projeto e a diretora do Fórum se estreitaram, traduzindo-se num contrato de permuta em que a Universidade Federal de Uberlândia, através do CDHIS (Centro de Documentação e Pesquisa em História) passou a ser a depositária da documentação por um período de 100 anos.

Com o avançar dos estudos, um assunto se colocou como parte integrante da pesquisa: a questão da violência, que a cada página lida e virada se traduzia com maior intensidade. Neste momento, passamos a não mais ter total clareza de nosso objeto de pesquisa — os trabalhadores —, e de como poderíamos realizar uma análise coesa que englobasse, ao mesmo tempo, violência e trabalho. Os dados que possuíamos tornavam nossa pesquisa extremamente quantitativa, fazendo desaparecer os sujeitos de nossas análises. No entanto, nossa intenção era resgatar esses sujeitos históricos. Diante disto, pensamos em abandonar parcialmente esta fonte documental, utilizando-a somente quando a pesquisa necessitasse de quantificação.

Porém, ao nos dedicarmos mais à pesquisa e à análise dos processos, detectamos que os trabalhadores “comuns” estavam diretamente envolvidos na questão da violência. Sendo assim, em 1999, renovamos novamente o projeto com o PIBIC/CNPq/UFU, mas desta vez buscando fazer um paralelo entre a violência e o trabalhador no período de 1890-1915. Este trabalho adotou como recorte cronológico o período de 1890 a 1915. Escolhemos este intervalo de tempo porque, a fonte documental mais antiga encontrada no Arquivo do Fórum Aberlado Pena é do ano de 1891, sendo o crime cometido em 1890. Em 1915 foi observada uma mudança no discurso das classes dominantes de São Pedro de Uberabinha no que diz respeito à questão de arrebanhamento de trabalhadores, não mais desejando reaproveitá-los, através da “educação”, para funções específicas, mas sim reportá-los para sua terra natal devido ao início do processo de saturação do mercado de trabalho local.

Como resultado dessas análises trabalhamos, no primeiro capítulo, a constituição do mercado de mão-de-obra do Triângulo Mineiro, que se apresentava muito semelhante à do “Novo Oeste Paulista”, uma vez que ambas as regiões buscavam, na figura do imigrante/migrante, sua imagem ideal de trabalhador, percebendo-o como elemento fundamental de transição do trabalho escravo para o livre. Os imigrantes eram vistos como os principais responsáveis pela posituação do trabalho e pelo desenvolvimento da Nação, o que resultava numa discriminação em relação ao trabalhador nacional, por não se acreditar que ele pudesse promover o desenvolvimento e o progresso do Brasil.

No segundo capítulo, buscamos mostrar quais os meios utilizados no intuito de atrair mão-de-obra para a cidade de São Pedro de Uberabinha, meios

estes pautados principalmente no discurso ideológico de sua elite, discurso progressista, na tentativa de arrebanhar “braços” para colonizar e povoar o solo da Comarca. Nosso propósito se traduziu também em observar como eram tratados os indivíduos que não faziam parte da elite política-econômica dessa sociedade interiorana.

No último capítulo, enfim, explicitamos como a Justiça de Uberabinha, tratava seus moradores, posto que funcionava como representação de uma “cidade ordeira e pacata”, e ainda, como eram determinadas as penas para os atos violentos, segundo leis “comuns” a todos os cidadãos. Além disso, apresentamos alguns processos crimes, pesquisados no Arquivo Geral do Fórum Aberlardo Pena e no CDHIS, nos quais percebemos pessoas de diferentes classes sociais sendo julgadas de formas distintas, tendo cometido crimes similares, e anotamos algumas sentenças que não condiziam com o discurso de liberdade e igualdade propagado pela Justiça.

Por resgatarmos a todo momento, ao longo da pesquisa, a figura do trabalhador, nos vimos trilhando caminhos apontados por autores como: Marx, Thompson, Raymond Willians, Michelle Perrot e outros, que forneceram os referenciais teóricos dos quais necessitávamos para entender as questões que se apresentavam em nosso estudo. Também foram de fundamental importância trabalhos como os de Peter Gay, Paulo S. Pinheiro, Sidney Chalhoub e outros, que nos forneceram uma dimensão teórica a respeito da violência em processos criminais. Vale ressaltar que nossa opção teórica é demonstrada ao longo do trabalho, quando realizamos os apontamentos e análises referentes às fontes utilizadas.

Capítulo 1

Os trabalhadores no Triângulo Mineiro

Segundo os Memorialistas¹, no início do século XVIII, passaram por esta região² — sob suspeita de que nela existissem ricas pedras preciosas como ouro e diamante — alguns bandeirantes interessados na mineração (devido à corrida do ouro que aconteceu por todo o país), constituindo-se com isto alguns vilarejos, como por exemplo o vilarejo de Desemboque e Araxá. Porém, com o declínio da mineração, em meados do século XVIII, Desemboque — maior e mais importante vilarejo da região — entrou em decadência.

Após o período de decadência das regiões mineradoras, os vilarejos que se estabeleceram, neste meio tempo, desenvolveram-se, pois as pessoas que trabalhavam nas minas começaram a ocupá-los; o próprio movimento de mineração já havia dado um caráter diferente ao Brasil³, possibilitando a distribuição de renda para um número maior de pessoas, o que, conseqüentemente, ampliava o mercado interno de consumo e fazia com que

¹ Em sua maioria relatam a passagem de bandeirantes pelo Triângulo Mineiro, no entanto discordam entre si em relação às datas em que ocorreu essa passagem, por isso, optamos por eleger os referenciais de data propostos pelo Memorialista Borges Sampaio. Temos consciência de que os Memorialistas serviam a um propósito, eles geralmente eram contratados para escrever a “biografia” de uma dada região, e possivelmente não viam relevância nas questões sociais e culturais, que são nosso foco de preocupação.

² “... Sertão da Farinha Podre.

*Esta grande área de cerca de 93.300 quilômetros quadrados, em tempos idos pertenceu à Comarca de Paracatu do Príncipe, da antiga Província e Bispado de Goiás; foi dela desmembrada por alvará de 4 de Abril de 1816 e anexada à Província de Minas Gerais, somente na parte civil e administrativa; ...” SAMPAIO, Borges. **Uberaba, fatos e homens**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1971.— p. 122.*

³ Antes do período aurífero no Brasil, a renda era concentrada nas mãos dos latifundiários e, por serem relativamente poucos no país, o mercado de produtos internos para consumo era relativamente pequeno. Com a descoberta de ouro em Minas Gerais, o Brasil passa por uma reestruturação pois surgiam algumas vilas que davam suporte aos mineiros; com o advento das minas percebemos a formação de mão-de-obra assalariada no país, o que conseqüentemente se traduz em mercado consumidor interno e num maior incentivo aos minifúndios especializados no abastecimento de suas respectivas regiões.

novas regiões se preocupassem em fornecer produtos para atender a este "nascente mercado consumidor". Um exemplo é o vilarejo de "Santo Antônio da Laje" — atualmente Uberaba — que se elevou, em 1811, à categoria de distrito, em 1836, à vila, e em 1856, à cidade, tornando-se uma das primeiras cidades do Triângulo Mineiro, e neste momento, a responsável pela formação comercial da região. Segundo Ribeiro Júnior⁴:

"A posição geograficamente estratégica permitiu o aproveitamento econômico, com o estabelecimento de relações comerciais rentáveis. Mas foi através de uma rota alternativa que a cidade conseguiu se firmar enquanto um importante centro de redistribuição de mercadorias para uma parte significativa do interior brasileiro, obtendo com isso um rápido crescimento de sua atividade comercial, fornecendo gado, que era criado extensivamente e comprando sal, tecidos, armarinhos, perfumarias, etc..."

O comércio era realizado com o Rio de Janeiro e principalmente com São Paulo, sendo a região do Triângulo a intermediária comercial com Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, devido à sua localização central na geografia do país, e por estar nas proximidades do Rio Grande — que tinha suas águas navegáveis até o Rio Tietê e até a cidade de São Paulo. São Paulo, por sua vez, mantinha fortes ligações comerciais com o Porto de Santos.⁵

⁴ RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **A conquista da liberdade: cenas do cotidiano uberabense nas últimas décadas da escravidão no Brasil**. Trabalho de Monografia apresentado nos Cursos de História da Universidade Federal de Uberlândia, 1997, p. 12.

⁵ LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808 – 1842**. São Paulo: Símbolo, 1979.

Após a cidade de Uberaba, várias outras apareceram no cenário comercial da região, como se segue:

“Fundada a povoação de Uberaba e creado o seu municipio e comarca, tornou-se um território ainda maior do que o velho Portugal. Vejamos esse colosso:

O municipio de Uberaba, ficou assim dividido pelas divisas como o finado Dezemboque, de saudosa memoria,...”

“(...) Annos depois começou o enorme dezenvolvimento desse colossal municipio, fundando-se diversas povoações, como sejam: — Prata, Monte Alegre, Dores do Campo Formoso, Seminario do Campo Bello, hoje Rio Verde, Fructal, São Jose do Tijuco, hoje Villa Platina, São Francisco de Salles, Abadia do Bom Successo, Santa Maria, Conceição das Alagoas, Verissimo, Matto Grosso e São Pedro do Uberabinha... Sacramento e Araguay, antigamente conhecido por Senhor Bom Jesus da Ventania e depois, Brejo Alegre...”⁶ (sic)

Em meados do século XIX, começaram a se constituir as primeiras cidades na região do Triângulo Mineiro e, conseqüentemente, a surgir os primeiros colonizadores e suas fazendas. As relações de trabalho nesta região se enquadravam na perspectiva daquelas praticadas no Estado de São Paulo — “Novo Oeste Paulista” — que optara pela mão-de-obra imigrante (em substituição à força de trabalho escrava) devido à dificuldade de se obter escravos, após as retaliações impostas pelo “mercado internacional”, já que este necessitava de trabalhadores que recebessem salário e, assim, formassem um mercado consumidor. O modo de produção escravocrata,

⁶ **O PROGRESSO**, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 08 de Novembro de 1908, Anno II, N.º 60, p. 3.

vigente no Brasil, já não era admitido no exterior por não gerar trabalhadores assalariados; em alguns países, de suma importância para a balança comercial brasileira — como a Inglaterra, que absorvia em torno de 70% do total da produção exportada — os produtos brasileiros (açúcar e café) deixavam de ser consumidos.

Em outras regiões do Estado de Minas Gerais — principalmente na região da Zona da Mata que, neste momento, já era produtora de café — a mão-de-obra utilizada era a escrava, pois estas localidades se apresentaram no cenário econômico nacional, antes do Triângulo Mineiro, devido ao movimento aurífero dos séculos XVII e XVIII, num período em que o número de escravos “disponível” no mercado nacional, e porque não dizer internacional, ainda era bem considerável, o que tornava este “produto” — o escravo — bastante fácil de se obter.

A forte ligação econômica dos triangulinos com o Estado de São Paulo⁷, de certa maneira, assustou a administração pública mineira que, no final do século XIX, criou uma série de Decretos e Leis para assegurar a posse sobre seu território e fornecer um relativo número de “braços” para o trabalho

⁷ A historiadora Haldir Josefina Saraiva e Silva em sua dissertação de mestrado, também nos chama a atenção para a questão da influência que o Estado de São Paulo exerce sobre o Triângulo Mineiro dizendo: “A relação econômica, principalmente comercial, do Triângulo com São Paulo tornou-se ainda mais intensa e decisiva a partir de 1888, quando a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro transpôs o Rio Grande e instalou as primeiras estações no Triângulo — em Uberaba, Sacramento e Conquista. Se o Triângulo já era ligado à órbita comercial de São Paulo, a ferrovia reforçou o vínculo e a integração com o mercado paulista intensificou-se. O Triângulo parecia pertencer naturalmente àquele mercado com o qual se comunicava por uma boa estrada — para as condições da época — e pela via férrea. Inclusive, os guias comerciais de São Paulo incluíam os municípios do Triângulo, no final, em letra miúda.

Outra evidência dos mercados compartilhados, principalmente com o Oeste Paulista, era a expressiva quantidade de notícias referentes a São Paulo, bem como propagandas de casas comerciais daquele estado nos periódicos e/ou jornais locais, principalmente de Uberaba — centro econômico e jornalístico incontestado do Triângulo”. SILVA, Haldir Josefina Saraiva e. **Representação e vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro: um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista (1890-1920)**. Franca: Dissertação de Mestrado, mimeo, 1998.

necessário na região. Por exemplo: Lei n.º 27 de 25 de junho de 1892, que criou na Secretaria de Agricultura e Obras Públicas, uma seção especial para o serviço de terras e colonização, e que ao mesmo tempo, determinou a medição e demarcação das terras devolutas do Estado; Lei n.º 32 de 18 de julho de 1892, que autorizou o Presidente do Estado a:

"Art. 1º Promover direta ou indiretamente a imigração de trabalhadores destinados, principalmente, ao serviço da agricultura";

"Art. 1º - Alíneas A e B, Indenização de passagens, aos destinados ao Estado e estabelecidos determinantemente em seu território, trinta dias depois de chegados; Passagens livres nas estradas de ferro subvencionadas pelo Estado aos agentes das empresas particulares, concessionárias de favores para este serviço".⁸

As Leis e Decretos do Estado regulamentavam a chegada de mão-de-obra e de colonos para as fazendas em formação em todo o Estado, além é claro, de permitirem a ocupação das terras devolutas que, em grande parte, compunham as áreas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, porém, um Decreto efetivamente vinculava a região aos interesses do Estado, Decreto n.º 626 de 13 de maio de 1893,

"(...) a fim de racionalizar a fiscalização do recebimento e da colocação do imigrante, dividiu-se o Estado em cinco distritos: Juiz de

⁸ *Coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto, Cidade de Minas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial).

Fora, Leopoldina, Saúde, Varginha e Uberaba".⁹

Segundo Silva¹⁰, o 5º distrito de Uberaba compreendia os seguintes municípios: Sacramento, Conquista, São Pedro de Uberabinha, Araxá, Paracatu, Frutal, Araguari, Bagagem (Estrela do Sul), Carmo da Bagagem (Monte Carmelo), Santo Antônio de Patos, Paranayba, Patrocínio e Santa Maria de Cássia. Essa norma foi modificada pelo Decreto n.º 806 de 22 de janeiro de 1895 ficando os distritos regionais dispostos da seguinte forma: Juiz de Fora, Leopoldina, Lavras e Uberaba. Pelo Decreto n.º 752 de 03 de agosto de 1894, o Presidente do Estado regulamentava que:

*(...) "a hospedaria Horta Barbosa¹¹ era destinada a receber e dar agasalho e alimentação, até cinco dias, aos que viessem estabelecer-se no Estado. No caso de doença ou por motivo de força maior, o Inspetor de Terras e Colonização podia dilatar o prazo de permanência"*¹².

Na Lei n.º 27 do Município de Uberaba, publicada em 27 de março de 1894 pela Câmara Municipal,

(...) "autoriza a construção de uma hospedaria para imigrantes e a fazer pedido de quatrocentos imigrantes para a lavoura e serviços domésticos.

⁹ Idem.

¹⁰ SILVA, Heladir Josefina Saraiva e. Op Cit.

¹¹ Localizada na cidade de Uberaba, segue em anexo o movimento de imigrantes entre os anos de 1894 a 1901.

¹² **Coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais.** Ouro Preto, Cidade de Minas, Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

O povo do Município de Uberaba, por seus vereadores, votou, e eu, em seu nome promulgo e mando executar a seguinte lei:

Art. 1º - O Agente Executivo Municipal fica autorizado a mandar construir uma hospedaria com as dependências necessárias, que acomodem trezentos imigrantes.

Art. 2º - A planta desse serviço, bem como seu orçamento serão feitos pelo engenheiro municipal, sendo operados pela Câmara antes de chamar-se concorrentes para a arrematação.

Art. 3º - O Agente Executivo Municipal fica autorizado a fazer, desde já, pedido de quatrocentos imigrantes para a lavoura, artes e serviços domésticos, sendo trezentos asiáticos e cem europeus.

§ 1º - Os asiáticos deverão ser importados de Haccekas e Puntí.

§ 2º - Os europeus serão preferidos os procedentes do Norte da Itália.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

O Presidente e Agente Executivo, em exercício - Antero Ferreira da Rocha¹³

Estes Decretos e Leis, criados para atender às necessidades de mão-de-obra do Triângulo, vinham de encontro à perspectiva imigrantista do Estado de São Paulo que, a partir de meados do século XIX, já se preocupava com a questão de abastecimento de trabalhadores, uma vez que o sistema escravocrata no Brasil estava sofrendo muitas pressões e críticas.

A partir de 1850, tornou-se quase impraticável a implementação de mão-de-obra escrava no Brasil, devido às retaliações impostas pela Inglaterra — como o fim do tráfico negreiro — e posteriormente, devido a algumas leis nacionais que foram surgindo — a partir de 1870 — como por exemplo: a lei que proibia o tráfico inter-provincial de escravos; a Lei dos Sexagenários, que

¹³ Arquivo Público Mineiro, *Tribuna do Povo*, 15 de abril de 1894, col. 1, p. 3.

garantia a liberdade aos escravos com idade acima de 65 anos ou a Lei do Ventre Livre, que garantia a liberdade para os filhos de escravos que nascessem após a promulgação desta.¹⁴ Segundo Michael Hall¹⁵, a região do "Antigo Oeste Paulista"¹⁶ consumia o maior número de escravos, já que produzia café, e este representava o produto brasileiro mais comercializado no exterior;¹⁷ enquanto as fazendas do "Novo Oeste Paulista" necessitavam buscar uma forma "alternativa" para iniciarem suas lavouras de café, uma vez que sua formação latifundiária coincidiu com as leis abolicionistas, dificultando a obtenção de "braços" para a lavoura. Segundo Salles¹⁸, sobre necessidade da utilização de mão-de-obra imigrante, e avançando sobre o trabalho de Hall, seria imprescindível mudar a perspectiva da sociedade brasileira (acostumada com a relação de trabalho entre senhor e escravo); se positivando o mercado

¹⁴ SANO, Rui Kban. Japoneses sonhos e pesadelo. In: **Trabalhadores imigrantes**. Revista com publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura, Prefeitura Municipal de Campinas, São Paulo, 1989.

WAGNER, Reinhardt. Os Parceiros de Ibicaba. In: **Trabalhadores imigrantes**. Revista com publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura, Prefeitura Municipal de Campinas, São Paulo, 1989.

WEBER, Regina. Alemães, Classes Médias no Sul. In: **Trabalhadores imigrantes**. Revista com publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura, Prefeitura Municipal de Campinas, São Paulo, 1989.

¹⁵ HALL, Michael. Trabalhadores imigrantes. In: **Trabalhadores imigrantes**. Revista com publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura, Prefeitura Municipal de Campinas, São Paulo, 1989.

¹⁶ Localizada na região de Campinas – SP e tendo sua produção cafeeira formada no início do século XIX. Suas fazendas utilizavam um elevado número de escravos em suas plantações devido à facilidade de obtê-los.

¹⁷

Principais produtos agrícolas para exportação (em percentagem sobre o valor global das exportações)					
Período	Café	Açúcar	Algodão	Fumo	Cacau
1831-1840	43,8	24,0	10,8	1,9	0,6
1841-1850	41,4	26,7	7,5	1,8	1,0
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,6	1,0
1861-1870	45,5	12,3	18,3	3,0	0,9
1871-1880	46,6	11,8	9,5	3,4	1,2
1881-1890	61,5	9,9	4,2	2,7	1,6
1891-1900	64,5	6,0	2,7	2,2	1,5

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939.

Citado por: TEIXEIRA, Francisco M. P. e TOFINI, Maria Elizabeth. **História econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo: Editora Ática.

¹⁸ SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)**. São Paulo: HUCITEC/INL, 1986.

de trabalho livre e assalariado num espaço de tempo relativamente curto, sendo esta uma das metas do Partido Republicano Paulista, que pretendia o desenvolvimento do país rumo à civilização.

No Triângulo Mineiro, percebemos que também existia uma dificuldade muito grande em se adquirir um elevado número de escravos. Infelizmente, na historiografia regional, produzida principalmente pelos Memorialistas¹⁹, os escravos só eram citados para afirmar as realizações dos grandes homens, não sendo possível detectar-se o exato número de pessoas escravizadas na região. Os números mais confiáveis a que chegamos apontam que a quantidade de negros libertos, após a abolição (1888), na Região do Triângulo Mineiro, girava em torno de 10% da população total da região²⁰, o que nos levou a acreditar ter sido esta região "invadida" por migrantes/imigrantes em seu momento de formação.

Outro fator, que também muito influenciou a região do Triângulo Mineiro, foi a vinda da Estrada de Ferro da Companhia Mogiana de São Paulo para as terras mineiras. Inicialmente a distribuição do comércio se apresentava da seguinte forma:

<i>"Município (n.º estabelecimento)</i>	<i>Vendas Anuais</i>
<i>Uberaba (88)</i>	<i>5.198:000\$000</i>
<i>Sacramento (87)</i>	<i>1.304:000\$000</i>
<i>Araguari (23)</i>	<i>1.260:000\$000</i>
<i>Uberabinha (11)</i>	<i>672:000\$000</i>

¹⁹ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.
PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a civilização no Brasil central**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

SAMPAIO, Borges. **Uberaba, fatos e homens**. Op. cit.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil central: história da criação do município de Uberlândia**. Uberlândia: Ed. Uberlândia Gráfica Ltda, 1ª edição, vol. 1, 1970.

²⁰ MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)**. Vol. II, Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, n.º 3-A, 1981.

Araxá	(50)	500.000\$000
Monte Carmelo	(36)	443.000\$000
Patrocínio	(63)	389.000\$000
Monte Alegre	(28)	326.000\$000

Fonte: Jacob, Rodolpho, p. 432

Os dados são esclarecedores quanto a três aspectos principais: o primeiro refere-se à hegemonia comercial uberabense no princípio deste século; o segundo à emergência de Araguari enquanto ponto terminal da estrada de ferro e o último retrata a importância da própria ferrovia, pois apesar do grande número de estabelecimentos nos municípios não atendidos pela mesma, o valor das respectivas vendas expressam bem suas débeis realidades".²¹

Em 1907, com a ligação da Estrada de Ferro Mogiana à Estrada de Ferro Goiás, tendo Araguari como entroncamento, as importações das Estações se apresentavam assim:

"Estação da E. F. Mogiana

Cidade	Total(Peso em KG)	Cereais	Açúcar	Água ardente	Sal	Diversos
Araguari	5.896.744	159.261	20.661	3.495	3.202.662	2.510.465
Uberaba	4.427.120	303.790	90.374	15.227	1.313.375	2.670.817
Uberabinha	2.734.472	74.209	1.050	3.296	1.481.904	1.174.013
Conquista	1.771.757	121.840	45.633	4.183	545.478	1.056.623
Sacramento	406.284	15.523	14.521	172	168.541	207.527
Estação Lisboa	232.351	8.063	2.953	—	44.561	176.775
Paineiras	119.507	8.983	3.840	—	19.520	87.164
Sobradinho	20.974	124	—	—	3.000	17.850
Irara	19.011	1.760	30	—	—	17.321
Estação Palestina	12.242	1.100	—	—	5.400	5.742
Estação Mangabeira	6.077	2.200	—	—	—	3.877"

Ainda segundo Guimarães:

²¹ GUIMARÃES, Eduardo Nunes. A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: o Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. In.: **História e perspectivas**. Uberlândia: Editora da UFU, n.º 4, jan/jun 1991, p. 7-35.

"A história de Uberabinha se constituiu em momento peculiar da expansão dos trilhos por suas terras. A ferrovia passou por elas sem causar impacto sobre sua colocação regional, não despertando, portanto, um interesse de âmbito superior à organização mercantil do município. A ferrovia na cidade de Uberabinha era apenas um potencial a ser aproveitado, porém não era condição suficiente para engendrar maior dinamismo.

O potencial significava a ligação direta com o mercado cafeeiro e a possibilidade de seu aproveitamento consistia em uma aglomeração de funções, possíveis apenas dada as especificidades históricas do capitalismo, em situação de polarização regional. Uberabinha seria então privilegiada, indiretamente, pelo Governo Federal, através da construção em 1909 da ponte Afonso Pena, que a colocava em estreito contato de comércio com todo o sudoeste de Goiás. Segundo nos relata Pezzuti, 'a estrada de ferro foi inaugurada em Uberabinha em fins de 1896 e até 1909, data da abertura da ponte 'Afonso Pena', Uberabinha continuava a ser o mesmo burgo morno e desdentado das antigas eras, sem animação, sem ideias, sem melhoramentos apreciáveis'. Ou seja, Uberabinha poderia ter perdido o bonde da história regional, como Sacramento e Conquista, não fosse este benefício governamental, que a elevaria a categoria de terminal rodoferroviário, mesmo com os trilhos já tendo avançado. Retornando-nos às palavras de Pezzuti, vejamos como ele caracteriza o referido acontecimento. 'Construída às expensas da União, a ponte 'Afonso Pena', assim se tornando fácil, praticável e segura a grande via de penetração no Sul goiano, interposto quase único de todo o movimento agrícola e comercial de vastíssimas e opulentas regiões, Uberabinha, dada a sua feliz colocação, tornou-se pela força das circunstâncias, o

*empório natural de todo movimento que a ferrovia Mogiana, escoava para os grandes centro de população e para o litoral”.*²²

Ora, com este benefício “concedido”, o município de São Pedro de Uberabinha passou a polarizar a distribuição e recepção de produtos que chegavam e saíam da região, atingindo mercados como os de São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, passando a exercer a função de “pólo centralizador”, que antes pertencia a Uberaba e Araguari. O reflexo disso, se deu no mercado interno do município de tal maneira que, em 18/04/1909, através da reportagem de capa do jornal O Progresso: “Companhia Mogiana”, a imprensa local já solicitava ao administrador da Estrada de Ferro Mogiana a construção de um novo armazém para abrigar cerca de cinco vezes mais produtos que os existentes nas cidades de Araguari e Uberaba; além de incentivar a construção da “Casa de Misericórdia” para acolher os “forasteiros” que não estavam sendo aproveitados como força de trabalho. Em 14/03/1909, o semanário O Progresso iniciava uma grande campanha de arrecadação de fundos para a construção da dita “Casa de Misericórdia”, inaugurada em novembro de 1914.

A expectativa de se tornar a confluência rodoferroviária do Triângulo Mineiro era tanta que, segundo Arantes:

“Nesse aspecto deve-se citar a construção em 1912 pela Cia Mineira de Auto-Viação Intermunicipal, da rodovia que partia de Uberlândia ligando a cidade ao Estado de Goiás, passando por Monte Alegre e Tupaciguara. Haviãam também, rodovias municipais que formavam as

²² GUIMARÃES, Eduardo Nunes. Op. Cit.

linhas tronco Uberlândia-Rocinha, estrada esta que possuía um entroncamento com a linha que atravessava o município de Uberaba, tendo ramais para Ponte Nova, Sacramento e Araxá. Havia outra estrada que ligava Uberlândia a Araguari ligada a ponte (Pau Furado) no rio das Velhas na divisa dos municípios de Uberlândia/Tupaciguara, outro de Uberlândia/Santa Maria com extensão até o Rio Tejuco, nos limites do município com o Prata, tendo também um ramal para Uberaba. Além destas estradas, existiam também àquelas que ligavam os pequenos sítios, eram Estradas do Quilombo, Estrada José Alves e outras tantas que foram sendo identificadas e associadas ao seu local de origem".²³

O poder público de São Pedro de Uberabinha buscava a todo momento disciplinar e, de certa maneira, "preparar" os trabalhadores que desembarcavam no município, na tentativa de formar uma mão-de-obra "dócil" e "orientada", para tanto, havia o Código de Posturas do Município:

"Art. 558 – É proibido tirar esmolas dentro do município, com subscrições ou sem elas, sem atestado de pobreza com o visto da autoridade policial.

1º – Os mendigos serão matriculados na repartição policial e deverão trazer consigo, visível ao lado esquerdo do peito, a chapa correspondente ao número de matrícula, a qual lhes será fornecida pela câmara.

2º – Aqueles que angariarem donativos ou esmolas em benefício de associações, obras ou festejos civis ou religiosos, deverão estar devidamente munidos de autorização dos

²³ ARANTES, J. *Corografia do município de Uberlândia*. Uberlândia: Ed. Pavan, 1938.

representantes legais das respectivas corporações".²⁴

Em outras cidades de grande influência no país, como Rio de Janeiro e São Paulo também houve indícios da eficiência da polícia contra as chamadas "classes perigosas", segundo nos mostra Ribeiro Júnior:

"É possível encontrar no início deste século nos grandes centros urbanos brasileiros, especificamente as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo maiores cidades do país, uma força policial eficiente no que diz respeito ao controle e repressão aos indivíduos que não se enquadram nas normas estabelecidas pelas necessidades da produção e as chamadas 'classes perigosas'. Tal efetividade encontra motivações não apenas na tentativa de constituição de um mercado de trabalho livre organizado de acordo com as necessidades da produção, mas atende também ao processo de viabilização de projetos higienistas correspondendo estes à introdução de uma administração pública racionalizada. A efetividade da ação policial indica também que o Estado nas primeiras décadas do século XX irá assumir por completo a administração, gerenciamento e operacionalidade das políticas de controle sobre os trabalhadores."²⁵

Em Uberabinha, este movimento, visando consolidar na consciência das pessoas a necessidade de trabalhar, era exposto com muito esforço pelas "classes dominantes" que conquistavam, através da imprensa local, uma maneira de sensibilizar o policiamento contra os chamados "vagabundos":

²⁴ CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha. **Código de Posturas**. Estatuto e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, 1913. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

²⁵ RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. Op. Cit. p. 15.

"Inqualificavel!

Não sabemos a quem dirigir a reclamação que vai nestas linhas, que, entretanto, deverião ser endereçadas a algum fiscal desta cidade; toda via, para ella pedimos a atenção do energico capitão Delegado de Policia, que tão bons serviços vem pretando ao municipio.

Queremos nos referir às immoralidades que andam a escrever pelos muros a meninada sem educação e alguns marmanjos sem emprego.

É triste, é lamentavel e reclama uma urgente providencia tal abuso.

Causa horror e faz corar até a quem não tem vergonha o que se vê ahi pelos muros.

Em nome da moral e das distinctas familias desta sociedade, que já nos fallaram a respeito, pedimos uma resolução ao caso á auctoridade policial e se nos é permittido ao sr. Fiscal Municipal.²⁶ (sic)

E ainda:

"Mendicidade

De entre as muitas providencias que se impõem ao sr. Delegado de policia e ao poder municipal, para o bom e regular policiamento da cidade, salienta-se a prohibição da mendicidade a individuos validos e sadios, que por ahi andam a explorar a caridade publica, sem outra razão, alem da ociosidade a que se acostumaram.

É preciso pois, que o sr. Delegado, cohibindo a vagabundagem, procure joeirar os mendigos dos ociosos e distribuindo chapas aos necessitados, para poderem mendigar, obrigue os demais a procurarem occupação.

Isto alem de justiça, é tambem um acto de caridade.²⁷ (sic)

²⁶ **A NOVA ERA**, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia. Uberabinha, 11 de Maio de 1907, Anno I, N.º 19, p. 1. (grifo nosso).

²⁷ **O PROGRESSO**, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 24 de Maio de 1908, Anno I, N.º 36, p. 1.

É notória a posição adotada neste recorte. A elite local necessitava de mão-de-obra para trabalhar em seus estabelecimentos e propriedades, e não era aceitável que pessoas em condições de trabalho ficassem pelas ruas “esmolando”, fato que nos remete ao século XIV na Europa, onde era necessária a força policial para “domesticar” os “vagabundos”. A imprensa regional e as classes dominantes acreditavam ser um “ato de caridade”, retirar essas pessoas das ruas, “obrigando-as” a exercer alguma outra função rentável, como por exemplo, trabalhar nas fazendas de grandes latifundiários, mesmo que fosse necessário usar de violência física para o “aprendizado”.

Menos violenta, por não estimular a força policial, mas sutilmente violenta em termos psicológicos, a imprensa de Uberabinha apresentava como forma de ordem natural das coisas e vontade de Deus, a necessidade que o homem tinha de trabalhar, sendo este o único meio de se tornar “filho de Deus” de atingir a “cidadania”.

“Laboremus

O trabalho é a grande lei natural que se faz revelada pelo preceito do Eterno ainda quando no berço os Paes da humanidade se velavam com as folhas de parra. ‘Vive do suor de teu rosto’ disse Jeovah aos rebeldes que haviam desobedecido seu preceito no paraizo terreal.

Fugir a essa sentença fulminada por Deus contra a iniquidade da rebeldia é impenitentemente se tornar contraposto á elle, é contrariar em extremo a grande lei que é a vida, porque sem elle o homem sò pode miseravelmente vegetar tornando-se um fardo pernicioso á sociedade.

Não é licito nem possivel, pois, sob qualquer pretexto entretar-se a pessoa valida á indolencia abandonando as faculdades phisicas ou espirituaes ao repulsivo poder da

inercia. Os afaseres ou as variadas manifestações do trabalho são continuos e exigem deligencia constante perseverante actividade physica e intelectual. Alem das necessidades de feição diversas que diariamente exigem ser attendidas, é certo tambem que a actividade corporal é o mais ativo factor da agilidade pessoal, ou como disse certo hygienista, é ella a medida prophilática mais poderosa contra certos males que não apparecem pela tonificação do exercicio da materia.

E porque, pois, perguntamos abertamente aos indolentes, como aplicação caustica, e a sociedade como medida hygienica tanta força perdida, tanta actividade desaproveitada representadas pela valides exuberante de tantos vadios que fogem covardemente á grande lei do trabalho, única geradora da 'prosperidade sem remorsos'?

*Laboremus pois.*²⁸ (sic)

Ora, se existiam tais Decretos no Código de Posturas do Município, pode-se deduzir a presença de um razoável número de trabalhadores que transportavam-se para a cidade e não encontravam condições favoráveis à sua sobrevivência. Neste mesmo sentido, encontramos no jornal O Progresso, diversos recortes que tentavam pôr termo ao crescente número de "desordeiros", fazendo muita propaganda a respeito do trabalho e da necessidade do mesmo, por exemplo: "O Trabalho" 15/11/1908; "Laboremus" 05/01/1908; "O perigo e pernicioso vício" 15/03/1908; "Mendicidade" 24/05/1908; "A ociosidade" 04/07/1909; "Mendicidade" 08/07/1911; "O Trabalho" 17/02/1912; "O produto do trabalho" 02/03/1912 entre outros.

²⁸ **O PROGRESSO**, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 05 de Janeiro de 1908, Anno I, N.º 16, p. 1.

A partir de então, surgem novas perspectivas de investigação, fazendo-nos pensar na hipótese de que a região do Triângulo Mineiro poderia ter sido “invadida” por migrantes/imigrantes,²⁹ que vieram incentivados por propagandas ou por falta de melhores oportunidades de trabalho, inclusive ocorrendo pedido da imprensa junto à Câmara de São Pedro de Uberabinha, de que fosse cumprida a Lei das Municipalidades, que estimulava a vinda do imigrante com promessas de aquisição de um pedaço de terra e apoio à moradia e ao plantio. A presença do migrante/imigrante, bem como a solicitação da imprensa no sentido de se colonizar a região do Triângulo, permitindo a fixação desses imigrantes, podem ser notados no recorte abaixo:

“(...) É desnecessario provarmos que a riqueza do Brazil está no povo amante do sólo, isto todos o sabem, até os menos intelligentes.

Quem atravessar os sertões de Goyaz e Matto Grosso, sente a alma confrangir-se ao ver a solidão de extensas regiões, onde milhares de braços podiam ser aproveitados, enriquecendo a lavoura e a industria, porque, sejamos positivos, estes dois ramos da vitalidade dum povo, está entre nós num excessivo abandono.

O Estado de São Paulo, que tem tratado da sua colonização, tem sido victima da sua boa fé, porque os contractadores de emigração, verdadeiros especuladores, que só têm interesse no lucro, muitas vezes nos enviam prostitutas e vagabundos que vêm enriquecer os cadástrros da policia e isto se tem dado em São Paulo.

Ora, para tratar do povoamento do solo, ninguém melhor que a Lei Estadual das

²⁹ “(...) o pequeno número de (policiais) que existe nesta cidade não é suficiente para todos estes serviços principalmente agora que com a aproximação da estrada de ferro é grande a imigração para esta cidade que com algumas exceções vem pessoas que vão ... a qualquer momento por em alteração a ordem pública.” Ata da reunião ordinária da Camara Municipal de Vereadores, 13 de Outubro de 1887 – APU.

Municipalidades, e com este fim, dirigimo-nos á nossa, isto é, á de Uberabinha.

Terrenos vastos e desertos como temos, nada mais facil que a Camara adquirir um proprio de algumas leguas e dividil-o em nucleos differentes e sem dependencia um dos outros.

Arranjado o terreno, dividido em nucleos, estes em lotes, contractar na Europa, familias de camponeses e no primeiro anno, ajudal-os na construcção de casas, sementes e utensilios de lavoura, dando-lhes no fim de cinco annos a propriedade do lote ou lotes adquiridos.

E o que fica dito, devia servir para todas as Municipalidades, o povoamento do solo se faria com facilidade, e o Governo da Republica não encontraria as dificuldades que necessariamente há de encontrar.”³⁰ (sic)

Segundo nos aponta Garcia, em levantamento dos processos crimes na cidade de Uberlândia, no período de 1922 – 1937, o número de imigrantes era relativamente baixo, apesar de sua presença no mercado de trabalho. Em 1938, 12,1% do crimes eram cometidos por imigrantes e 46,6% por migrantes. Diante destes números podemos acreditar na existência de uma grande parcela deles convivendo no interior da sociedade do Triângulo Mineiro.

“Em uma proporção significativa, os homens e mulheres presentes nos processos eram migrantes que chegavam diariamente em Uberlândia, como pode ser observado na Figura 3 — Demonstrativo de migrantes. Os trilhos da Mogiana aumentavam a possibilidade de circulação destas pessoas por Uberabinha, sendo intenso o movimento da chegada e saída destas populações vindas de outros Estados e até países.”

³⁰ **O PROGRESSO**, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 13 de Outubro de 1907, Anno I, N.º 4, p. 1.

Quadro Demonstrativo de migrantes

<i>População em %</i>	<i>Naturalidade</i>
41,3%	Minas Gerais
26,6%	Naturais
12,1%	Estrangeiros
10,8%	São Paulo
5,2%	Goiás
1,7%	Bahia
1,7%	Rio de Janeiro
0,4%	Pernambuco, Alagoas e Piauí
0,2%	Rio Grande do Sul

Fonte: *Processos Criminais do Fórum Abelardo Penna*.³¹

Especificamente em São Pedro de Uberabinha levantamos, através dos processos crimes³², o número de pessoas que indicaram sua naturalidade, se distribuindo da seguinte maneira:

<i>População em %</i>	<i>Naturalidade</i>
38,1%	Minas Gerais
31,2%	Naturais
9,5%	Estrangeiros
7,0%	São Paulo
6,4%	Goiás
3,8%	Bahia
1,6%	Pernambuco, Piauí, Mato Grosso e Rio Grande do Sul
1,4%	Rio de Janeiro
1,0%	Ceará, Para, Paraná e Rio Grande do Norte

Fonte: *Processos Criminais do Fórum Abelardo Penna*.³³

³¹ GARCIA, Renísia Cristina. *Honra, sobrevivência e valentia — um estudo sobre trabalhadores e populações pobre uberlandenses envolvidos em processos criminais (1922 A 1937)*. São Paulo, Tese de Mestrado em História pela PUC/SP, 1997, p. 23.

³² São 124 processos crimes, totalizando 954 pessoas entre réu, vítima e testemunhas.

³³ Considerando as pessoas que responderam sua naturalidade: 116 envolvidos, por algum motivo, não responderam, totalizando então um montante de 838 respostas.

Além disso, percebemos uma grande quantidade de imigrantes — principalmente italianos como em todo o país — quando nos deparamos com uma convocação impressa em um jornal de Uberabinha:

"Agli Italiani de Uberabinha.

*D'ordine della commissione
organizatria, convito tutti gli Italiani residenti in
questa Città e rispettivo municipio di
intervenire alla riunione che si rialiserá il giorno
8 c. m. alle ore 2 p. m. in casa del signor
Francesco Ramella.*

Ordine di Giorno.

1º Fundazione di una società

2º Elezione della direttoria

3º Assunti d'interesse collettivo

Dordine della commissione.

Luigi Bianchi"³⁴ (sic)

O Triângulo Mineiro adotou uma estrutura de formação do mercado de trabalho pautada no migrante/imigrante devido ao seu "recente" início — a partir de meados do século XIX —, estrutura esta que se diferencia da do "Novo Oeste Paulista", pois neste, o início do mercado de trabalho deu-se através da substituição da mão-de-obra escrava, pela livre. Pode-se dizer então que, no Triângulo Mineiro, a questão era formar uma região que serviria como a extensão das plantações paulistas de café, o que elevaria esta localidade à condição de região produtora no cenário econômico do país.

Em nosso estudo, torna-se de extrema necessidade entendermos esta opção imigrantista, proposta por uma parcela do PRP — Partido Republicano Paulista³⁵ — possuidor de fazendas no chamado "Novo Oeste Paulista",

³⁴ **O PROGRESSO**, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 08 de Dezembro de 1907, Anno I, N.º 12, p. 3.

englobando faixas de terras da atual cidade de Ribeirão Preto. Os homens que lá trabalhavam seriam os prováveis indivíduos que, após cumprirem seus contratos, viriam para a região do Triângulo como força de trabalho ou possíveis proprietários³⁶. Em São Paulo, o interesse era o de aumentar seus contingentes de mão-de-obra que, a partir de 1850³⁷, vinham sofrendo uma série de retaliações impostas principalmente pela Inglaterra, pois esta já havia optado pela libertação de seus escravos e feito a sua Revolução Industrial. Para isso, seria necessário garantir outros mercados consumidores, onde o trabalho assalariado seria de fundamental importância para o consumo de seus produtos, aumentando suas receitas.

A opção pelos imigrantes que visava, na maioria das vezes, os europeus, em substituição ao escravo e ao homem branco, pobre e livre³⁸, justifica-se pela extrema necessidade de se ter uma rápida posituação do trabalho; já que para o trabalhador nacional — escravo e homem branco, pobre e livre — o trabalho contínuo não era bem visto, por ser exercido sob coerção, pois quem exercia trabalhos diários eram escravos, que viviam trancafiados em

³⁵ O Partido Republicano Paulista (PRP), compartilhava dos interesses mundiais, que pregavam a livre concorrência, os princípios do liberalismo econômico e portanto, não se enquadrava na perspectiva escravocrata, base política em que se firmava a monarquia brasileira. Buscavam não só o fim desta monarquia, como também o início de uma reestruturação do mercado interno com um grande número de consumidores, permitindo assim, o avanço do meio “rural” para o “espaço urbano” no que diz respeito a economia, através da implementação de fábricas instaladas na cidade de São Paulo.

³⁶ Vale lembrar que, o “Antigo Oeste Paulista” também optou pelo imigrante, porém em menor escala que os latifundiários do “Novo Oeste Paulista”, pois além de já estarem formadas suas lavouras cafeeiras, os escravos e os negros libertos executavam as funções da lavoura, segundo Beiguelman. Ela acrescenta ainda que a Zona da Mata mineira, mesmo tendo uma estrutura de formação rural muito próxima à do “Antigo Oeste Paulista” optou por não implementar a mão-de-obra imigrante; após 1888, com a abolição da escravidão, as fazendas cafeeiras da Zona da Mata reabsorveram seus antigos escravos, na condição de homens livres e “assalariados”. BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, Tudo é História, 1981.

³⁷ Lei Euzébio de Queiroz que extingue, em 1850, o tráfico de escravos; constituindo-se um golpe no sistema escravocrata brasileiro, que mesmo assim, foi o último a se desestruturar no continente americano.

³⁸ SALLES, Iraci Galvão. Op. cit., p. 89.

senzalas. Esta proximidade do homem branco, pobre e livre, e mesmo do escravo — neste momento na condição de liberto — com a senzala, era vista com certo preconceito pela população como um todo, fazendo-se então necessário buscar em outros países europeus — principalmente na Itália — trabalhadores que se encontravam expropriados de suas condições básicas de sobrevivência, despossuídos de terras e de meios capitais de produção, e que já tinham o trabalho introjetado em seu modo de vida por um montante de três a quatro séculos, isto é, desde quando se introduziu o desenvolvimento industrial e do capital, que se espalhou pela Europa.

Os trabalhadores imigrantes serviam aos interesses dos latifundiários do “Novo Oeste Paulista” pois, na Europa, do século XIV ao século XVIII, com o surgimento das primeiras “fábricas”, houve a necessidade de mão-de-obra assalariada, fato que obrigava os homens comuns — antigos servos e artesãos — a exercerem uma determinada função, não sendo mais responsáveis por todas as etapas do processo de produção, mas sim por apenas uma fase deste. O relógio já se tornara moral e fisicamente parte da vida cotidiana do trabalhador europeu.

“(...) O ataque, vindo de tantas direções, aos velhos hábitos de trabalho do povo não poderia passar sem contestação. Simples resistência passiva para começar. Porém na fase seguinte, quando a nova disciplina dos horários começou a ser imposta, os trabalhadores começaram a lutar não contra o tempo mas acerca dele”.³⁹

³⁹ THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 51.

Era obrigatória a estadia em "Work Houses" para aprender e introjetar a necessidade de uma profissão que abrangesse como condições a divisão de tempo e tarefas. Juntamente com as "Work Houses" existiam também propagandas e discursos morais que ajudavam na introjeção do trabalho: "o trabalho enobrece o homem", "o trabalho traz progresso e bem estar financeiro". Estes meios publicitários e coercitivos eram responsáveis por introduzir física e psicologicamente o trabalho nas pessoas.

Sobre a noção do tempo e como o capital se apropria deste tempo natural e o transforma em um tempo do trabalho, que dita horários de entrada, saída e lazer, Thompson acrescenta que:

*"Não desejo discutir até que ponto a mudança foi causada pela difusão de relógios a partir do século XIV em diante, até que ponto foi ela própria o sintoma de uma nova disciplina puritana e exatidão burguesa. Seja qual for o modo de a considerarmos, a mudança certamente existe. O relógio sobe no palco elisabetano, transformando o último solilóquio de Fausto num diálogo com o tempo: 'as estrelas se movem silenciosas, o tempo corre, o relógio vai bater as horas'. O tempo sideral, presente desde o início da literatura, com um único passo abandonou o céu para entrar nos lares. A mortalidade e o amor são sentidos de modo mais pungente quando o 'progresso vagaroso do ponteiro em movimento' cruza o mostrador. Quando se usa o relógio ao redor do pescoço, ele fica próximo às batidas menos regulares do coração. São bastante antigas as imagens elisabetanas do tempo como devorador, desfigurador, tirano sangrento, ceifeiro, mas há um novo senso de imediatismo e insistência."*⁴⁰

⁴⁰ Idem, p. 133.

Em vista disso, os latifundiários do "Novo Oeste Paulista" fizeram uma opção pelo imigrante Europeu, pois estes já traziam inserida em seus modos de vida a função do trabalho; o trabalho era visto por eles como forma positiva em sua estrutura social, e sobre isto nos diz Salles, Iraci Galvão:

"(...) Há que se considerar que nos limites da sociedade brasileira, habituada à relação social entre o senhor e o escravo, tornava-se extremamente difícil o aparecimento de um trabalhador que considerasse, de modo positivo, o ato produtivo como condição da liberdade. Daí a opção imigrantista ter sido definitiva quando tornou-se impositivo substituir o escravo e criar um mercado de mão-de-obra livre. As dificuldades impostas ao recrutamento do trabalhador nacional, o preconceito e a formação de um mercado de trabalho em nível internacional definiram a opção pelo trabalhador imigrante de origem européia."

(...)

"Nessas condições, ficam obstacularizada, pela própria crítica que se fazia ao sistema escravista, a reavaliação do escravo enquanto homem negro e, conseqüentemente, a sua inserção no mercado de mão-de-obra. Toda a política imigrantista era dirigida no sentido de buscar no trabalhador branco europeu a redefinição do ato do trabalho e a concepção do trabalho como essência da construção do progresso da Nação. O sistema escravista e a sua expressão — o escravo — eram sempre colocados como os opositores ao progresso, como representantes do atraso da Nação. Ao colocar no mesmo plano, imigrante e progresso, como algo a ser transplantado de fora para dentro, o negro aparece, também mecanicamente, como elemento a ser apagado da memória. Assim, ele era o representante de um passado a ser esquecido, para que se pudesse transpor a sociedade para um tempo em que toda a Nação seria arrebatada pelo Progresso. Por isso, o que a burguesia agrária esperava da imigração era que, além de prover de 'braços

*as fazendas desfalcadas de escravos', trouxesse 'o grande resultado, o vasto e genérico benefício' de uma mão-de-obra de 'melhor qualidade', que permitisse resgatar o trabalho e 'as terras do novo mundo' e, desse modo, constituir um país que fosse 'CIVILIZADO'.*⁴¹

Ora, a perspectiva de um trabalhador "assalariado", "civilizado", com a noção de consumo já arraigada às suas necessidades e às do capital, coincidiu com a fundação de um grande número de municípios no Triângulo Mineiro. Os trabalhadores que buscavam essas terras chegavam com a expectativa de encontrar melhores condições de trabalho do que as oferecidas na região de São Paulo, e vislumbravam a possibilidade de se tornarem proprietários rurais e comerciantes, uma vez que, no final do século XIX, ainda era possível se encontrar terras devolutas nessa região, além de haver uma carência de mão-de-obra muito grande em vários setores da economia triangulina. Procuremos então saber, através de quais meios parte desses trabalhadores vieram se fixar em São Pedro de Uberabinha.

⁴¹ SALLES, Iraci Galvão. Op. Cit., p. 39 e p. 109.

Capítulo 2

A propaganda como forma de atrair capital e trabalhadores para Uberabinhá¹

É muito interessante se perceber, através de jornais, a “formação” do município de São Pedro de Uberabinha, devido ao discurso contraditório proferido pelas autoridades locais, descrevendo uma cidade onde, muitas vezes, se confunde o real com o imaginário. Os jornais da época entram em contradição ao positivarem uma cidade “ordeira” e “pacata” e, ao mesmo tempo, delatarem problemas de ordem social, como por exemplo: a mendicância, a prostituição, a “vagabundagem”, mostrando-a muito mais como grande São Paulo, do que uma cidade do interior de Minas Gerais. Este fato, acreditamos ser recorrente em diversas outras cidades do país, principalmente, naquelas ligadas aos grandes eixos econômicos.

A “cidade”² de Uberabinha, desde sua fundação e emancipação em 1888, teve um discurso ideológico muito bem estruturado, percebido tanto na fala do político como na imprensa. A construção da imagem da cidade e de seus habitantes está diretamente relacionada com a preocupação que as

¹ Em meio ao Triângulo Mineiro, surge o distrito de São Pedro de Uberabinha — atualmente Uberlândia —, que foi fundado em 1852 pela Lei Provincial número 602, e era subordinado à Comarca de Uberaba. Em 11 de julho de 1857, o distrito foi elevado à categoria de Freguesia; que em 31 de agosto de 1888, pela Lei número 4.643, torna-se município. Em 1891, a Lei número 11 cria a Comarca de Uberabinha, sendo que em 1892, pela Lei número 23 torna-se cidade. Por fim, em 18 de outubro de 1929, o município passa a chamar-se Uberlândia, conforme a Lei número 1.128. Cf. PEZZUTI, P. **Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia**. Uberabinha: Livraria Kosmos:1922, p. 8-9.

² É importante destacarmos aqui que, quando estamos falando em cidade e usando entre aspas, isto tem um sentido de ser, pois, conforme nos aponta Williams, é muito difícil, e por que não dizer impossível, falar-se em uma cidade recém formada, onde os espaços urbano e rural estejam bem delimitados. Esta impossibilidade se coloca devido ao fato de urbano e rural, ou campo e cidade estarem intimamente relacionados, quase que um fazendo parte do outro e vice-versa. Por exemplo, se notarmos, ainda hoje em Uberlândia, facilmente perceberemos estes elementos muito misturados, é notório a todos os olhos atentos vacas e cavalos pastando pelo espaço urbano, galinheiros nos fundos de quintais e chiqueiros, que são elementos típicos do campo e não da cidade. WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

"classes dominantes" locais tinham em relação à vinda de visitantes para o local. Era importante que estes tivessem as melhores impressões possíveis, já que isto se traduziria em propagandas positivas e encorajamento à vinda de outras pessoas dispostas a investirem capital no comércio e na zona rural.

Porém, o discurso moral e a vigilância sobre a sociedade, muitas vezes não conseguiam traduzir o desejo de uma cidade "ordeira e pacata" como queriam os "Coronéis"³. Nos recortes a seguir, observamos a incoerência entre o discurso e a prática social. Nota-se, em termos práticos, uma cidade como outra qualquer do país, com dificuldades e problemas de ordem social.

"Ao sr. Delegado de policia dirigimos a queixa abaixo, firmada por pessoa acima de qualquer suspeita e que nos foi dirigida:

"Sr. redactor — Venho hoje escrever uma poucas linhas para o vosso conceituado jornal, afim de chamar a atenção do sr. capitão delegado de policia para a rua da Chapada⁴ desta cidade, que torna-se uma rua perigosa de se transitar por ella, devido ao ajuntamento de vagabundos e desordeiros que a infestam, praticando desordem, dando tiros e dizendo palavras obscenas em frente as casas de familias.

Uma rua onde transitam sempre familias às tardes, a passeio, deve haver melhor ordem e respeito.

Espero, pois, que o sr. capitão delegado de policia, cumpridor de seus deveres como é, tomará na devida consideração o meu pedido acima. — Jovino de Paula Ferreira e Souza'.⁵ (sic)

³ Estamos aqui chamando de "Coronéis", as pessoas que eram proprietárias dos meios econômicos e do poder político do município, bem como da imprensa local.

⁴ Atualmente esta rua tem o nome de Quintino Bocaiúva, sendo conhecida na época por abrigar diversas casas do "baixo meretrício".

⁵ A NOVA ERA, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 09 de Março de 1907, Anno I, N.º 10, p. 1.

Ora, o Sr. Jovino, segundo o próprio jornal, era pessoa acima de qualquer suspeita, ou seja, pode-se entender que não era freqüentador de tal rua por não se tratar de um "vagabundo e desordeiro", sendo assim, somos remetidos a questionar seu posicionamento lançando as seguintes perguntas: Por que será que esta rua da Chapada, infestada de "vagabundos" incomodava tanto um cidadão acima de qualquer suspeita? Será pelo fato de ser freqüentador da mesma e não considerar-se "vagabundo"? Ou, quem sabe, efetivamente não era freqüentador do "baixo meretrício", porém, tinha conhecimento de que seus empregados eram dados a "uma boa noitada" nesta rua de perdição, e, levado pelo lema: "sem ordem não há progresso", acreditava ser tal local o "câncer" da sociedade uberabinhense? O Sr. Jovino, através de sua denúncia, abriu os olhos do policiamento da cidade, que certamente não sabia da existência destas casas de prostituição onde o homem honesto, trabalhador e pai de família, "se perdia". Coube ao delator salvar estas perdidas "almas" rumo à civilização humana! Podemos acreditar na possibilidade de o delator estar extremamente descontente com esta situação, pois tal rua estaria manchando a imagem desta "magnífica" cidade. Notamos, no jornal A Nova Era, a evidência de um outro assunto: "o progresso da cidade", que estava sempre em destaque, na tentativa incontrolável de "dourar a pílula". Vejamos a seguir:

*"O Progresso de Uberabinha
Lancemos um olhar despretençoso
sobre a vida activa e laboriosa desta ordeira e
pacata cidade: O que vimos? O progresso em
todas as ramificações da actividade humana
manifestar-se em toda a sua iniciativa, sempre
com tendencias, com intuitos, com perspectivas*

as mais risonhas e esperançosas para esta rica e florescente zona... façamos um retrospecto, do movimento financeiro e comercial desta cidade mineira, equiparando a monotonia, a inacção de há 3 annos atraz com a vida activa, com o progresso de sua lavoura, das suas industrias e do seu commercio, verdadeiro orgulho desta zona; pela honestidade de seus habitantes, do criterio, seriedade desta classe commercial, que faz jus ao conceito e consideração do publico.

Uberabinheses! Nós, como filho intruso desta terra, não obstante, alimentamos e nutrimos amor por ella...!

Desejamos o seu progresso, o seu engrandecimento, nella, nasceram e crescem verganheas do nosso trabalho, do nosso amor e de nossa dedicação em prol do bem estar comum desta terra.

Trabalhemos cada um de per si, para o engrandecimento desta cidade, tão ingratamente esquecida pelos poderes publicos! Chamemos para o nosso meio, tudo quanto possa ser util e proveitos e, vamos com a nossa palavra, com a nossa colaboração digna e desenteressada, trabalhar com afinco para o progresso desta terra cumprindo assim um dever civico, social e patriotico que redundara em nosso proveito e bem estar comum de todos os seus habitantes.”⁶ (sic)

Ora, através destes dois recortes, percebemos claramente a “realidade” dessa cidade, onde um cidadão “comum” rogava por providências às autoridades competentes — mesmo que isto fosse executado pela força policial — ao mesmo tempo em que a imprensa enaltecia seu cotidiano “ordeiro e pacato”, o que nos mostra o distanciamento entre a prática social e a propaganda expressa pelos jornais locais. Ou seja, ao mesmo instante em que a vida “normal” transcorria neste espaço “urbano”, a imprensa local ufanista

⁶ **A NOVA ERA**, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 23 de Março de 1907, Anno I, N.º 12, p. 1.

mostrava uma “outra cidade”, na tentativa de sufocar a normalidade de cidade interiorana.

A glorificação da cidade ultrapassa a formação da mesma e o próprio tempo. Conforme Maria Clara Tomaz Machado:

“Uberlândia, situada geograficamente no Triângulo Mineiro – Minas Gerais, viveu, no ano de 1988, o seu centenário e, nele, comemorou, ufanisticamente, o progresso e a ordem. Uberlândia, cidade de quase 500 mil habitantes, teve sua história fundamentada na atividade de entreposto comercial. É possível perceber que os projetos políticos da classe dominante aí instalados objetivaram, estrategicamente, consolidar sua posição geográfica como pólo comercial regional, capaz de interligar o centro-oeste com o sudeste do país. Uberlândia foi, de fato, na década de 1950, o lugar catalizador da maior parte da produção de mercadorias da região e esse foi o impulso que, necessariamente, colocou esta cidade no circuito do mercado nacional, garantindo a acumulação e a produção do capital nela instalado.”⁷

Há também que se observar no jornal O Progresso de 25 de abril de 1909, a reportagem *“Nomenclatura das ruas e avenidas da cidade”*, que tenta “desenhar” na imaginação de seus leitores o mapa da cidade. Notamos que, nesse recorte, ruas como a da Chapada não aparecem no “mapa” construído

⁷ MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada (Uberlândia 1965 a 1980)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1990, p. 2-3.

Também podemos notar como é recorrente esta imagem de Uberlândia como a “oitava maravilha do mundo” nas propagandas políticas que veicularam neste ano eleitoral. No Programa MG TV 2ª Edição, exibido em 24/10/2000, na Rede Globo, ocorreu um pronunciamento dos candidatos à Prefeitura Municipal sobre a questão do transporte coletivo, quando o candidato da situação iniciou sua fala dizendo: *“Uberlândia tem hoje, o melhor serviço de transporte coletivo do país...”*. Fala do candidato Luiz Humberto Carneiro, pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB).

pela imprensa, o que nos leva a crer que esse local poderia representar uma "tentação" para os habitantes de São Pedro de Uberabinha, mas também, poderia demonstrar a semelhança da cidade a qualquer outra, de mesmo porte, existente no país. Percebe-se também, a omissão do Bairro Patrimônio, fundado desde o final do século XIX.

"Rua 15 de novembro. Começa em frente a porteira do pasto do major Alexandre Marquez, atravessa a praça da Independencia e termina provisoriamente na praça Dr Duarte.

Rua Tiradentes. Começa nas proximidades da cadeia nova, na divisão da chacara do cidadão Olympio de Freitas, atravessa a praça da Independencia e termina provisoriamente em frente ao cemiterio velho.

Rua Bernardo Guimarães. Começa no canto da parte superior da praça Ruy Barbosa, antiga do Rosario, atravessa perpendicularmente a avenida Affonso Penna, ruas General Osorio, Vigario Dantas, Felisberto Carrijo, Tymbiras, Silva Jardim e termina proximamente ao quarteirão dos Srs Carneiro & Irmãos, na direção da ponte do Cajubá.

Travessa Tupys. Começa da praça do Mercado, na esquina da casa do cidadão João Vieira da Costa, e termina no encontro da rua Silva Jardim.

Rua Silva Jardim. Começa no fundo da praça da cadeia velha, atravessa a praça da Independencia pela parte de baixo e termina no encontro da rua 13 de Maio, perto do Cajubá.

Rua dos Caettes. Começa na praça da Independencia, no canto da Pharmacia 'Espírito Santo' e termina na armação da ponte velha do correio S. Pedro.

Rua Tymborás. Começa na praça da Matriz, pela parte de baixo e termina pelos lados do Cajubá, na rua 13 de Maio.

Rua Felisberto Carrijo. Começa no Cajubá, na rua 13 de Maio, atravessa a praça da Matriz pela parte de cima e termina na divisão da ponte velha do correio S. Pedro.

Rua Vigário Dantas. Começa na praça do Mercado, atravessa as ruas Bernardo Guimarães, Tiradentes, 15 de Novembro e Marechal Deodoro, termina provisoriamente na rua Tupinanbás, em frente a casinha do sr. Francisco Pinto.

Rua General Osorio. Começa na praça do Mercado, atravessa a praça Dr Duarte e termina na praça do Mattadouro.

Rua Marechal Deodoro. Começa na praça da Matriz e termina na praça Dr Duarte.

Rua Barão de Camargos. Começa na praça Dr Duarte, atravessa a praça Ruy Barbosa pela parte de baixo e termina no prolongamento da avenida Barão do Rio Branco.

Rua Silviano Brandão. Antiga Uberaba, começa perto do cemiterio velho, perto da casa do cidadão Miguel Nascia e termina na praça Ruy Barbosa.

Rua Augusto Cesar. Começa na Rua Barão de Camargos, junto a pharmacia Americana e termina na descida do Sertãozinho.

Rua Tupinanbás. Começa na rua Felizberto Carrijo: junto a casa do cidadão João Antonio da Cruz e terminando na descida do Sertãozinho.

Rua Bororós. Começa perpendicularmente à rua Vigário Dantas, em frente á casa do cidadão Manoel Fernandes, atravessa as ruas General Osorio, Augusto Cezar, e termina pelos lados do Sertãozinho.

Rua 21 de Abril. Começa na rua 13 de Maio, atravessa a praça do Mercado, avenida Affonso Pena, e termina na praça Ruy Barbosa.

Rua do Poente. Conserva o nome.

Rua Visconde de Ouro Preto. Antiga rua America.

Rua Duque de Caxias, antiga Aurora.

Rua Goyaz, antiga Atalaya.

Rua Claudio Manoel, antiga Industrial.

Avenida João Pinheiro, antiga do Commercio.

Avenida Marechal Floreano, antiga 7 de setembro.

Avenida Cesario Alvim, antiga 15 de Novembro.

*Avenida Barão do Rio Brando, antiga
Jatahy.*

Praça da Independencia.

Praça Dr Duarte.

Praça Ruy Barbosa, antiga do Rosario.

Praça do Mercado.

Praça da Matriz.

Praça da Republica, antiga Municipal.

Sala da Camara 17 de dezembro de

1908.

Alves Barbosa.

Rodrigues da Cunha" (sic.)⁸

A imprensa local construiu a imagem de São Pedro de Uberabinha, discriminando as chamadas "ruas perigosas", como se fosse possível, através de um mapeamento da cidade, eliminar os problemas sociais existentes no seio da civilização, como: prostituição, diversidade racial e miséria.

Os jornais também buscavam, através da memória dos seus habitantes mais velhos, a história do município, para provarem o quanto ele cresceu e se desenvolveu em um período tão curto de tempo, sendo então necessária apenas a "ordem", para se atingir o "progresso". Os moradores eram apresentados como filhos de uma terra gentil, onde bastava trabalhar para que os resultados viessem, em forma de crescimento econômico.

"Município de Uberabinha

(...) Em 1879, conheci Uberabinha com sessenta casas, essas mesmo mal alinhadas e com grandes espaços entre ellas, notando-se que nesse numero estão incluídas as casas cobertas de capim.

Com o pessoal agricultor e trabalhador que povoou as frondosas mattas dos dois Rios, tornou-se Uberabinha o imporio dos viveres

⁸ **O PROGRESSO**. Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 25 de Abril de 1909, Anno II, N.º 83, p. 2.

alimentícios e considerado como a legítima dispensa de Uberaba.

O commercio era feito com a mesma Uberaba, por intermedio dos carros por bois. Não falhava uma semana sem entrarem carros em Uberaba; ouvi por vezes os velhos Barcellos e Joaquim Antonio Roza, de saudosas memorias dizerem que: —'Bem mal irá Uberaba no dia em que Uberabinha nos fechar os portões despenseros' —.

E era mesmo assim porque os outros districtos de Uberaba, nunca puderam competir com Uberabinha na producção agricola, devido á uberidade do seu magnifico solo, trabalhando por um povo igual na diligencia e na constancia ao trabalho, sem conhecer ainda os vícios do jogo e da caxaça, que são os piores elementos de corrupção e degeneração da humanidade. J. T. de Sant'Anna.⁹ (sic)

Este "excesso" de propaganda que os jornais de Uberabinha veiculavam servia a um propósito. Seria interessante economicamente para as "classes dominantes" da cidade, que esta se projetasse em um rápido progresso e se tornasse o município mais "desenvolvido" da região, uma vez que isso traria mais ganhos para os "donos" do capital. Porém, a cidade ainda era muito pequena — cerca de 15 mil habitantes¹⁰ —, o que nos leva a crer que o número de pessoas disponíveis enquanto mão-de-obra era bastante escasso neste momento, sendo de fundamental importância "vender uma imagem" na esperança de se conseguir um número maior de pessoas ativamente

⁹ **O PROGRESSO**, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 07 de Fevereiro de 1909, Anno II, N.º 72, P. 2.

¹⁰ Percebemos em um dos Jornais da cidade, quando do surgimento da Lei do Sorteio Militar (Alistamento Militar) o número de habitantes na época: "*Publicamos hoje o edital da comissão de alistamento militar deste município, que, comquanto não seja a expressão da realidade, pois Uberabinha com a sua população de quinze mil almas, conta pelo menos dois mil cidadãos, alistaveis nas condições de regulamento, é contudo uma prova indiscutivel da boa vontade da comissão e do adiantamento moral do nosso povo, pela compreensão dos deveres civicos do cidadão.*"(sic). **O PROGRESSO**. Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha. 29 de Outubro de 1908. Anno II, N.º 63, p. 1

econômicas que estivessem em busca de “melhores” condições de vida, imagem de cidade que mantinha sempre as portas abertas ao migrante — disposto a trabalhar muito, pois caso contrário não seria bem aceito — a fim de se estabelecer.

Com o início das obras da Ponte Affonso Penna, a ânsia dos capitalistas locais em ver a cidade inserida no roteiro econômico do Brasil Central era tão grande, que todos os habitantes locais, possuidores de boas condições financeiras, eram convocados pelo semanário local a investirem na construção civil, uma vez que, ao término da construção da ponte, São Pedro de Uberabinha passaria a ocupar um lugar de evidência no cenário econômico do Triângulo Mineiro. Enquanto a cidade de Araguari se situava no entroncamento das vias férreas Cia Mogiana e Estrada de Ferro Goiás, Uberabinha passava a ser um ponto de encontro das vias férrea e rodoviária, conforme nos aponta o memorialista Arantes¹¹. Neste sentido, o jornal O Progresso veiculou uma matéria na qual se faz presente a “briga” direta com a cidade de Araguari, no que diz respeito à possível mudança de habitantes economicamente privilegiados daquela para Uberabinha. É necessário salientar que Uberabinha não possuía habitações suficientes — infra estrutura básica — para dar conta da demanda que, por ventura, se formasse:

“Com esta epigraphe trouxe o ‘Araguary’ n.º 903, de 9 do corrente, uma contestação ao que dissemos sobre o desenvolvimento desta cidade, fazendo salientar a necessidade de construcção de predios, que possam accomodar muitas familias que aqui procuram localizar-se.

¹¹ ARANTES, J. *Corografia do município de Uberlândia*. Uberlândia: Ed. Pavan, 1938.

Affirmamos nesse artigo e continuamos a affirmar neste, que diversas familias residentes me Araguay, pretendem transferir suas residencias para esta cidade.

Não é nosso costume tratar levianamente de qualquer assumpto nas columnas deste modesto semanario, chegando muitas vezes o nosso escrupulo, a deixarmos de tractar de factos de alguma importancia por não estarem, para nós, perfeitamente ventilados.

Se affirmamos que algumas familias de Araguay pretendem mudar para esta cidade, é porque sabemos que diversos cavalheiros ali residentes, aqui tem vindo em procura de casas e nós mesmos estamos encarregados de alugar casas para pessoas de Araguay, logo que vague alguma no centro da cidade e em ponto proprio para commercio.

Já vê o colega que não houve levandade de nossa parte, quando dissemos que algumas familias de Araguay pretendem mudar-se para aqui, foi pelo contrario o colega que esquecendo-se do criterio que sempre lhe conhecemos, veio levianamente desmentirnos pelas columnas de seu jornal.

Estamos certos de que qualquer pessoa que pretenda retirar-se de Araguay, deixará de fazel-o se escutar a oppinião do colega, mas é preciso convir, que não podemos oppor-nos á vontade ou deliberação de quem quer que seja e ao passo que o colega acha ahi muito bom, outros podem achar mais conveniencia em outra parte.

Podiamos citar-lhes varios exemplos, não o fazemos para não termos de referir nomes de cavalheiros que não nos auctorisaram a fazel-o.

Continue o Araguay a defender os interesses de Araguay, deve fazel-o, tem mesmo o dever de fazel-o, mas faça-o criteriosamente, tendo sempre a verdade por lemme, sem offender susceptibilidades de quem quer que seja.

Não foi nossa intensão disprestigiar ou menospresar Araguay, quando noticiamos que algumas pessoas ali residentes, pretendem transferir-se para esta cidade, quisemos apenas demonstrar a necessidade da

construcção de casas para alugar ou vender e com isto não supomos offender o colega, nem provocar o formal desmentido com que nos mimoseou.

Continuamos pois a insistir com os snrs capitalistas e fazendeiros deste municipio para promoverem a construcção de casas nesta cidade, afim de acomodarem-se algumas familias e commerciantes que aqui pretendem estabelecer-se." (sic)¹²

A mão-de-obra apresentava-se tão escassa que, quando surgiu a Lei de Sorteio Militar, criada pelo Ministro da Guerra para aumentar o contingente do Exército Brasileiro, os jornais logo tomaram a direção contrária, fazendo o papel de oposição à Lei e se apresentando como veículo de representação do povo.

"O Sorteio Militar

Uma verdadeira revolução de antipathia, tem produzido esta lei que o sr. ministro da guerra desenterrou da sua caximonia, para nos roubar os poucos bracos que nos restam para a pobre e infeliz lavoura.

S. exa. devia ser mais patriota e cuidar mais da vida economica do paiz, porque o militarismo nos põe as portas da miséria.

Na Europa, onde as populações são densas, pode se pagar esse tributo de sangue porque a lei militar naquelles paizes abrange todas as classes, quer pertençam a nobreza: quer sejam da plebe. E aqui dar-se-á o contrario, os contingentes serão tirados das classes pobres, justamente os que produzem e os que sustentam s exa. e todos os magnatas da Republica.

¹² **O PROGRESSO.** Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 17 de Maio de 1908, Anno I, N.º 35, p. 1.

Os nossos homens parecem que teem a monomania das grandezas, querem ser imitadores dos grandes paizes e preciso que saibam que o Brazil precisa de braços para a lavoura e para a industria e não de soldados.

Frades e soldados são duas classes que tendem a desaparecer no mundo moderno, como imprestaveis e contrarios á nossa civilisação.

Nós não precisamos de militarizar-nos em caso de perigo, todo o brasileiro sabe servi-se duma arma, como tem dado prova a nossa história, cheia de paginas rutilas, onde apparecem heroes que tem sido canonisados pelas gerações que passam."¹³ (sic)

Porém, ao perceberem que a Lei do Sorteio Militar não iria atingir os trabalhadores da cidade, pois:

"(...) Em Uberabinha não haverá sorteio militar, apenas se fará o recenciamento e não passa disto.

E a razão é muito simples, é da propria lei.

Os claros a prehencher no exercito, dão um quociente de um homem para cada dezoito mil habitantes, ora, Uberabinha com a sua população de quinse mil almas, apenas dará um homem para as fileiras do exercito. Por outro lado diz a Constituição, que os claros do exercito serão prehenchidos pelo voluntariado."¹⁴ (sic)

a imprensa da cidade passou a apoiar a ação da Lei, dizendo:

"Desengane-se o povo, a lei do sorteio militar é nescessaria, é util e é patriotico.

¹³ **O PROGRESSO**, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 17 de Setembro 1907, Anno I, N.º 09, p. 1.

¹⁴ **O PROGRESSO**, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 06 de Dezembro de 1908, Anno II, N. 64, p. 1.

*Sò tem um defeito, não è lida e nem conhecida, nem mesmo pela maior parte daquelles que gritam contra ella.*¹⁵ (sic)

A peculiaridade do discurso enunciado pela imprensa de São Pedro de Uberabinha nos chama a atenção e aguça a curiosidade. Através do recorte: "Liga Operária", de 1911, poderíamos concluir distraidamente que, neste momento, já existiam "indústrias" na cidade e que o desenvolvimento do Estado de São Paulo — que iniciou seu processo de "industrialização" por volta de 1900 — já teria se expandido rapidamente para o Triângulo Mineiro, atingindo cidades como Uberaba, Araguari, São Pedro de Uberabinha e outras. Porém, se avaliarmos com cautela veremos que este artigo foi produzido um ano antes do término da construção da Ponte Afonso Pena — em 1912 — e da efetivação da cidade como entroncamento rodo-ferroviário. Por indústria¹⁶, entendemos o processo de produção em série que necessariamente utiliza a esteira e a energia a vapor, hidráulica, eólica ou mecânica em substituição às manufaturas. O processo de "industrialização" em São Paulo foi marcado pela substituição de energia muscular por energia mecânica e esta não era a realidade de Uberabinha, esta era sim a vontade de seus "capitalistas" que

¹⁵ Idem. p. 1.

¹⁶ (...) "Paralelamente à manufatura, Marx distingue duas fases no desenvolvimento do sistema da maquinaria. Na primeira, a 'cooperação simples', existe apenas 'na fábrica um conglomerado de máquinas semelhantes e que trabalham simultaneamente', usando uma única fonte de energia. Na segunda fase, um 'complexo sistema de maquinaria', o produto atravessa uma série conexas de processos detalhados, realizados por uma cadeia de máquinas interligadas. Quando esse sistema complexo é aperfeiçoado e pode realizar todo o processo de produção, com os trabalhadores como simples atendentes, torna-se um 'sistema automático de maquinaria' (O Capital, I, cap. XIII, I). A transformação das ferramentas operadas manualmente em instrumentos de uma máquina reduz o trabalhador a uma 'simples' fonte de energia, e, com a expansão da produção, os limites da força humana exigem a substituição dos músculos humanos pela força motriz mecânica..." BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. Para buscar mais informações a cerca deste assunto, ver: MARX, K. A maquinaria. In.: **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, vol. II, cap. XIII, 1988.

desejavam transformar a cidade em uma "mini" - São Paulo em meio ao Triângulo Mineiro. Observemos o discurso:

"Domingo passado reuniram-se no salão do fôro desta cidade grande numero de operarios convocados pelo habil pintor Cypriano Del Favero que em diversos pontos de vista, fazendo ver aos seus companheiros a vantagem de uma associação operaria em nosso centro embora acanhado, concitou os animos a aprovação de cada um, vindo a se consolidarem para o futuro irmamente, associados sob a denominação de 'Liga Operaria'.

Depois o sr. Honorio Guimarães, usou tambem a palavra que lhe foi dada pelo presidente aclamando, sr. Cypriano Del Favero, expondo medidas necessarias á sociedade cujo fundamento se verificava.

Nesse mesmo dia foram tomadas diversas medidas como projecto de estatutos, attingindo a sessenta e muitas pessoas a lista de socios entre efectivos e operarios.

Amanhã haverá nova reunião em que será nomeada uma comissão para organização dos estatutos e demais leis organicas que deverão seguir em tudo a norma das sociedades congeneres. O Progreso que se tem sempre batido pelas causas dos bons, e pelos uteis emprehendimentos estará sempre ao lado dos operarios de Uberabinha, não como os que delles só pretendem mera exploração politica, mas com a sinceridade que lhe é peculiar." (sic)¹⁷

Ainda chamando a atenção para a impossibilidade de se ter "indústria" em São Pedro de Uberabinha em 1912, um ano após o recorte acima citado, o

¹⁷ **O PROGRESSO**. Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia. Uberabinha, 22 de Abril de 1911, Anno IV, N.º 184, p. 1. Também os números 194 de 01/07/1911; 196 de 15/07/1911; 197 de 22/07/1911; 198 de 29/07/1911; 200 de 05/08/1911 e 201 de 12/08/1911 trazem informações sobre o Estatuto de Liga Operaria de Uberabinha, fundada em 16 de abril de 1911, onde a comissão de elaboração tinha como responsáveis: Manoel Rodrigues Torres, Ettore Salvatori, Braz Xavier da Silva, Antonio Penna, João Martins de Oliveira França e Antonio Pinto.

mesmo jornal notifica, através de um artigo, o pedido do então prefeito da cidade Sr. Alexandre Marquez para se criar uma "cooperativa" e fundar a primeira "Machina de Tecido" do município.

"Sr. Redactor do O Progresso. Peço-vos inserir no vosso jornal o mal alinhavado artigo que abaixo segue:

Ninguém hoje ignora as vantagens que advem de uma Machina de tecido, que é uma industria de grande importancia para o commercio, lavoura e a classe operaria.

É chegado o tempo de agirmos, procurando o nosso interesse e bem estar, não só o nosso como também do povo de nosso município.

Bem sabeis, que só a industria é quem nos pode salvar da crise que nos ameaça.

Vides por toda parte o engrandecimento dos logares onde a industria floresce e se estende em todos os ramos de actividade.

Por exemplo, vejam S. Paulo, Juiz de Fóra e outros logares onde ella se tem desenvolvido, trazendo o commercio e abastança a sua população.

As vantagens que traz uma machina de tecido em nosso meio, já pela gente que emprega, tendo estes seguros os meios de subsistencia, já pelo desenvolvimento da lavoura na cultura do algodão, que muito prospera nos nossos terrenos.

A lavoura é uma das principaes riquezas que temos e que é tão mal explorada.

Arroz, apesar da grande procura que de certo tempo a esta parte tem desenvolvido e auferido preço compensador, que não será muito duradora, devido a que todas explorão este artigo, que provavelmente tem de baixar. Assim mesmo podem os lavradores continuar a sua plantação que não estorva a do algodão.

O algodão é mais um fonte de riqueza para quem o cultivar, por ser facil o seu cultivo, sendo só plantal-o no meio do milho, que é capinado conunctamente.

A colheita, é também favorável, podendo ser feita por mulheres, meninos e até aleijados.

Os capitalistas já não podem ter grande confiança nos juros excessivos, porque estes tendem a baixar, como já vae acontecendo.

O nosso commercio vai-se restringindo devido as Estradas de Ferro, que cada vez vão dia a dia apertando as zonas do nosso commercio. Portanto é preciso agirmos com todas as nossas forças tratando de acautellar os nossos interesses, fazendo o commercio com os nossos productos industriaes, obtidos com os proprios esforços.

Fazendo assim, não teremos de invejar outros lugares que vemos por esses meios se libertarem com os productos de suas industrias.

Aqui todo terreno presta-se espontaneamente a cultura do algodão, que será sufficiente para manter uma machina e talvez até para exportar.

A ideia ahi está, portanto vamos organizar aqui entre nós uma sociedade anonyma, para explorar essa industria que tanto resultado tem dado em Minas e S. Paulo, auferindo dividendos de 40, 50, 60 e 70%!

Essa sociedade será organizada por meio de acções de 100:000, que seram vendidas a todos que quizerem associar-se a tal industria.

Portanto plantem algodão, o mais que puderem que a sahida é certa.

Conseguindo-se este grande melhoramento em nosso municipio, elle será feliz e todos que o habitam.

Avante meus amigos e coragem para que vá adiante a nossa empreza.

Uberabinha, 16 de maio de 1912

Alexandre Marquez.¹⁸ (Sic)

Para os "capitalistas" da cidade, "indústria" era sinônimo de oficina, algo que conhecemos no processo histórico como manufaturas; portanto, dizer

¹⁸ O PROGRESSO. Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 25 de Maio de 1912, Anno V, N.º 240, p. 1.

que em 1911 Uberabinha já possuía algumas manufaturas seria ofender profundamente aqueles que possuíam os meios capitais de exploração de mão-de-obra. Além do mais, qual seria o trabalhador que se sujeitaria a abandonar um processo de “industrialização” em São Paulo capital, para vir a esta cidade trabalhar de pedreiro, pintor, curtidor de couro, oleiro, e outras colocações oferecidas¹⁹ se a imprensa local e a “elite dominante” não tentassem impor a imagem de uma cidade em “desenvolvimento”, nos moldes de São Paulo capital.

A respeito das profissões, as encontramos citadas nos Processos Crimes da seguinte forma:²⁰

Tabela 1 – Quanto a profissões			
Profissões	Quantidade de respostas	Profissões	Quantidade de respostas
Não respondeu	165	Marceneiro	03
1º Tabelião de notas	01	Mendiga	01
Açougueiro	01	Meretriz	02
Agenciador	14	Mobilo	01
Agente do Correio	01	Mundana	01
Agente Executivo	01	Músico	02
Agricultor	05	Não tem profissão	04
Agrimensor	03	Negociante	43
Alfaiate	12	Oficial carpinteiro	01
Alferes	01	Oficial barbeiro	03
Aprendiz de sapateiro	01	Oficial fogueteiro	01
Artista	07	Oficial justiça	01
Barbeiro	02	Oficial sapateiro	01
Cabo	01	Oleiro	07
Cacheiro	01	Operário	04
Caldeireiro	01	Padeiro	05
Carcereiro	02	Pedreiro	22
Carpinteiro	13	Farmacêutico	02

¹⁹ No final do trabalho, em anexo, deixamos alguns dados colhidos por nos como: nome, nacionalidade/naturalidade, profissão, cor, grau de instrução, estado civil, número do processo, ano de ocorrência do crime e tipo de crime.

²⁰ São 124 processos crimes fichados, totalizando 954 pessoas entre réu, vítima e testemunhas.

Carroceiro	05	Pintor	04
Cervejeiro	01	Policial	01
Chauffeur	02	Porteiro de cinema	01
Cobrador	01	Praça	18
Comerciante	07	Pregador	01
Construtor	01	Preso	01
Costureira	01	Procurador	01
Cozinheiro	03	Professor	02
Curtidor	02	Proprietário cartório	01
Delegado	01	Proprietário confeitaria	01
Dentista	05	Proprietário livraria	01
Eletricista	01	Proprietário padaria	01
Empregado de armazém	01	Proprietário loja	01
Empregado do comércio	10	Prostituta	03
Empregado de farmácia	01	Relojoeiro	01
Empregado de indústria	01	Sapateiro	18
Empregado da mogiana	19	Serviços domésticos	117
Empregado Postal	01	Serralheiro mecânico	01
Empregado Público	12	Soldado	21
Empresário	01	Tintureiro	01
Entregador de pão	01	Trabalhador da roça	02
Escrivão	02	Trabalhador	01
Sabão caseiro	01	Vigia noturno	01
Fazendeiro	03	Oficial pedreiro	01
Florista	01	Ferrador	01
Fogueteiro	04	Ferreiro	01
Folheiro	02		
Funileiro	01		
Guarda Livros	04		
Industrial	03		
Inspetor de Telegrafo	01		
Jornaleiro	15		
Juiz	01		
Lavadeira	02		
Lavrador	298		

Cabe ressaltar duas observações: 1ª. Dentre os 298 indivíduos que responderam ser lavradores, não é possível identificarmos quantos são proprietários rurais e quantos são trabalhadores do "campo", uma vez que sabemos ser recorrente entre os proprietários denominarem-se trabalhadores ou lavradores. 2ª. Quanto às mulheres, também observamos que, em sua grande maioria (117), responderam exercer serviços domésticos, devido à necessidade de se apresentarem como trabalhadoras, mesmo sabendo que neste meio haviam meretrizes, sócias de estabelecimentos comerciais e etc.

Buscando dados em Processos Crimes — homicídio, tentativa de homicídio, ofensas, lesões, ferimentos, vadiagem, ameaça, jogo de azar, atentado público, desordem, furto, porte ilegal de arma, difamação e ocultação de cadáver — de 1891 a 1920, totalizamos 954 pessoas envolvidas entre réus, vítimas e testemunhas, o que representa aproximadamente 7% do total de habitantes da cidade. Verificamos que 68,73% dos indivíduos disseram ter vindo de outros lugares.

Percebe-se também que, das 954 pessoas envolvidas, 4 responderam ser operárias e 3 industriais, sendo:

Tabela 2 – Quanto a profissões – nacionalidade/naturalidade			
Profissão	Nacionalidade/ naturalidade	Profissão	Nacionalidade/ naturalidade
Operário	Italiano	Industrial	Italiano
Operário	Uberabinha	Industrial	São Paulo
Operário	Uberabinha	Industrial	Minas Gerais
Operário	Uberabinha		

Quanto aos paulistas e aos mineiros (referenciados acima na tabela 2), a influência da produção de café e da "indústria" do café, datada do final do

século XIX e início do século XX, de certa forma, contribuiu para que eles introjetassem este conceito de "industrial" como sendo o homem que dominava o capital e, conseqüentemente, os meios de produção investidos no espaço urbano, aglomerando uma quantidade relativamente grande de trabalhadores ao seu dispor. Os trabalhadores de São Pedro de Uberabinha que responderam aos inquisidores dizendo ser operários, nos permitem perceber como "o discurso progressista" passa a fazer parte do cotidiano das pessoas, mesmo que elas não saibam do que se trata²¹, pois em momento algum, conseguimos notar nos jornais ou processos crimes, onde se situavam estas indústrias ou empresas em que os indivíduos trabalhavam, mesmo porque São Pedro de Uberabinha, até 1915, ainda não tinha conseguido desenvolver nem mesmo a Máquina de Tecidos proposta pelo Prefeito da cidade a partir de 1912, e que seria a primeira peça que, no município, poderia ser entendida como objeto industrial.

Quanto à presença dos italianos (ainda na tabela 2), a justificativa se dá pelo fato de que a Itália, no período de 1870, tornou-se um país unificado. O movimento da 2ª Revolução Industrial que se espalhou pela Europa a partir de 1860, passou a influenciar diretamente a vida dos italianos que, diante do desenvolvimento dos meios de produção, foram "expulsos" do campo e tiveram que buscar nas cidades seus meios de sobrevivência como força-de-trabalho. Com a chance de imigrarem para o Brasil (o país estava recrutando trabalhadores para o campo através da "Empresa Imigrantista"), o contato com

²¹ A exemplo, o Processo Crime de Ofensa, número 97 de 1920, onde a vítima, Sr. José Cactano Rocha, respondeu ser Operário, quando na realidade trabalhava na Cia Auto Viação (empresa de transporte inter-urbana de São Pedro de Uberabinha), segundo as quatro testemunhas constantes no Processo.

o campo possibilitaria a estes trabalhadores o reconhecimento de seus afazeres cotidianos, uma vez que a ação de lidar com a terra já era conhecida pelo povo italiano. Com o movimento de industrialização na Itália, o antigo referencial dos trabalhadores (trabalho de subsistência) foi sendo substituído por outro que fazia muito mais sentido para a burguesia industrial do que para o trabalhador propriamente dito (trabalho operariado). O início da industrialização na cidade de São Paulo lembrava o já vivido na Itália, sendo este o motivo pelo qual os italianos, quando perguntados sobre sua profissão, respondiam “operários” ou “industriais”; cabe ressaltar que estavam muito mais ligados ao significado que essas profissões assumiam na Itália e em São Paulo do que em São Pedro de Uberabinha.

Canêdo, discute o processo da Revolução Industrial Inglesa, no século

XVIII:

“A passagem se completou com a consolidação das novas formas de organização do trabalho produtivo: não mais a produção domiciliar do artigo que atendia a um mercado pequeno, e sim a existência de fábricas providas de máquinas movidas a vapor, agrupando até centenas de trabalhadores ocupados na fabricação em série para um mercado indeterminado, desconhecido e cada vez maior. Um sistema de produção delineado dentro da conhecida definição de funções e responsabilidades dos diferentes participantes do processo produtivo: de um lado, o empresário, dono do aparelhamento, de todo o material e do produto final do trabalho; de outro, o antigo artesão, desprovido dos meios de produção e, portanto, transformado de produtor em vendedor de sua única propriedade: sua força de trabalho. Com o proprietário ficará o lucro — ou o prejuízo — com o trabalhador, executando o trabalho sob

supervisão de técnicos e controle de um relógio, ficará o salário.”²²

Notamos que a 2ª Revolução Industrial se difundiu por vários países da Europa Central, passando a influenciar diretamente o modo de vida dos habitantes destes países. Com a necessidade de obtenção de mão-de-obra para o abastecimento das novas indústrias, fez-se necessário que os trabalhadores se adequassem às exigências desse mercado, formando um grande contingente disponível para o trabalho. O movimento de êxodo rural foi uma das bases para obtenção desta força de trabalho, pois no campo observou-se a entrada de novas ferramentas para a produção em substituição ao grande número de trabalhadores rurais, além disso, as relações de trabalho no campo sofreram alterações quando os investimentos tenderam a se concentrar mais nos centros urbanos.

Pode-se concluir que, de alguma forma, as propagandas veiculadas pela imprensa incorreram em bons resultados, levando-se em conta que por se tratar de uma região em formação, significava também, vantagens para os imigrantes/migrantes que aqui chegassem. Mesmo sabendo que uma cidade em formação, necessariamente, tem em seu início um número relativamente alto de migrantes/imigrantes, percebemos que o discurso da imprensa e dos políticos da cidade estava muito mais voltado à obtenção de trabalhadores qualificados do que efetivamente à popularização da cidade, ou seja, existia a intenção de trazer para o município trabalhadores e não, “vagabundos” e “desordeiros”. Pretendia-se investir em pessoas que pudessem colaborar com

²² CANÊDO, Leticia Bicalho. **A revolução industrial**. 2ª ed., São Paulo: Atual, 1986, p. 6.

o “desenvolvimento” do município, e que também, é claro, representassem um grande número de mão-de-obra disponível para o mercado interno, o que iria pressionar os valores do salário, pois, um mercado em que a oferta de trabalho é menor que o número de trabalhadores propicia salários altos, enquanto que um mercado em que o número de trabalhadores é superior à oferta de trabalho, propicia salários estáveis, com possibilidades de redução. Era também preocupação dos jornais, que o número de trabalhadores extras — mercado reserva de mão-de-obra — não ultrapassasse muito a oferta, pois isto traduzir-se-ia em problemas de ordem social, como por exemplo: miséria, agitação e aumento da criminalidade. Esta foi uma realidade observada em São Pedro de Uberabinha até 1915. A partir de então, o município ao invés de incentivar a vinda de novos trabalhadores, passou a discriminá-los, com medo de que a ordem social fugisse do controle das autoridades locais.

Capítulo 3

A violência contra e a favor dos trabalhadores em São Pedro de Uberabinha

Investigando como a criação ideológica para obtenção de trabalhadores transcorreu em São Pedro de Uberabinha, passamos, neste capítulo, a discutir a questão da violência com que foram tratados esses homens quando de sua vinda para a cidade, e envolvidos em Processos Crimes.

Quando estamos falando em violência, é necessário salientar que de nada adiantaria essa análise, se ficássemos preocupados apenas com as causas aparentes dos crimes, ou seja, com o que levou os homens a cometerem homicídios, tentativas de homicídio, ofensas físicas, atentados e etc., mas o que é relevante, na verdade, é a reflexão feita sobre como este tipo de violência foi gerado nesta sociedade. Trata-se de abordar o crime, segundo Machado:

*"(...) como mediação legítima, estabelecida intergrupos e classes sociais, que assim expressam a realidade básica de suas vidas, a resistência ao sistema de dominação que condiciona suas existências e as tensões das relações sociais de produção. De acordo com essas novas concepções, ressurgiu renovado o conceito de crime social como ato consciente de resistência ao sistema de dominação material e ideológico, expressando as concepções das camadas dominadas a respeito do justo e do injusto e da importância de seu papel na construção da sociedade."*¹

¹ MACHADO, Maria Helena. **Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 24-25.

Para nos referenciar ao passado pré-histórico da humanidade, buscamos os apontamentos de Freud², segundo os quais os homens, ao viverem em sociedade, necessariamente são remetidos a embotar algumas ações e sentimentos que noutra época surgiam “naturalmente” em seu dia-a-dia. Quando um homem “primata” necessitava de algum alimento, buscava na natureza e, se fosse ameaçado, lutava da forma como podia para manter sua vida. Porém, ao viver em sociedade, o homem necessariamente teve que reprimir esses impulsos; dar vazão a eles de forma “natural” seria o mesmo que invadir domínios que pertencessem a outros. A vida em sociedade implica na criação de códigos e normas que regulamentem as ações do homem. Segundo o autor, as ações naturais reprimidas, ao serem expostas pelo indivíduo “civilizado”, aparecem, em sua maioria, de forma violenta, podendo prejudicar outros homens.

É necessário observar que, algumas vezes, o consciente não suporta tamanha pressão e “permite” dar vazão a este impulsos. Percebemos que esse tipo de violência se manifesta quando o homem não mais consegue suportar a pressão exercida sobre sua estrutura mental. Porém, salientamos que, provavelmente, este também seja um dos álibis criados pela própria civilização para justificar seus crimes e criminosos – citando como exemplo a teoria da seleção natural, desenvolvida pelo biólogo Charles Darwin –, que sempre permeou as explicações sobre as ações dos homens.

² ROUANET, Sergio Paulo. Mal-estar na modernidade. In.: *Revista brasileira de psicanálise*. Vol. XXXI, (1):9-30, 1997, p. 9-30.

Nosso foco de preocupação está voltado para a violência socialmente construída, que permite a um ser se apoderar da "propriedade" de outro contando com todo o alvará social, o que positiva tal ato. Tomemos como exemplo o caso de um trabalhador sendo "violentado" por seu patrão que, às custas da mais-valia, vai se enriquecendo, em detrimento desse proletário, que por sua vez se torna menos favorecido economicamente. A sociedade, em sua grande maioria, nem percebe este movimento como violência, pois acredita ser necessária esta exploração, uma vez que existe a possibilidade, embora muito remota, de que qualquer um consiga tornar-se explorador ao invés de explorado.

Segundo Marx³, a história da humanidade é marcada pela luta de classes, já que sempre existiu uma privilegiada e outra dividindo "migalhas". Em outras palavras, desde o início da civilização humana, sempre houve dominantes e dominados. Percebemos que a história da civilização se coloca sobre esta luta de interesses; logo podemos concluir que os códigos e normas capitalistas, criados para organizar a sociedade, são impostos como ferramentas reguladoras no intuito de facilitar o domínio de uns sobre os outros.

Diante do exposto até aqui, torna-se evidente que a violência é consequência das expressões de anseios "naturais", que perpassam as relações humanas através do tempo. Com o surgimento das propriedades privadas e os cercamentos do campo, as diferenças se acirraram ainda mais e, conseqüentemente, a luta pela obtenção de privilégios também. Os

³ MARX, K. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

trabalhadores são expropriados dos seus meios de sobrevivência quando são “expulsos”, pelos detentores de capitais, de suas pequenas propriedades, tendo que buscar seus provimentos alimentares, de moradia, de educação e saúde nas cidades, utilizando-se do único meio que a situação lhe permite lançar mão, sua força de trabalho.

Peter Gay nos chama a atenção quanto à questão dos crimes e seus álibis. O autor salienta que a própria sociedade cria mecanismos para dar conta da violência “oculta”, explicitando os mecanismos pelos quais as pessoas que a cometem se livrem das “garras de justiça”, através do apoio desta mesma sociedade, que condena outros, não tão privilegiados como os primeiros. Para o autor:

“A pré-história dessas justificativas apresentadas no século XIX é, na verdade, extremamente diversa. Das três aqui assinaladas — existem, claro, outras —, a primeira, a concorrência, originou-se em uma moderna teoria biológica e chegou a permear a vida econômica, política, literária e até mesmo privada das décadas vitorianas; a segunda, a construção do Outro conveniente, era uma composição de ‘descobertas’ pseudocientíficas relativamente recentes e dos habituais e agradáveis preconceitos; a terceira, o culto da masculinidade, era uma adaptação no século XIX do ideal aristocrático de bravura. Por variado que fosse esse cardápio de autojustificativas, todas elas forneciam identificações coletivas, servindo como gestos de integração, e com isso, de exclusão. Ao reunir comunidades de pessoas “de dentro” elas revelavam — muitas vezes inventavam — um mundo de estranhos para além das paliçadas, indivíduos e classes, raças e nações, que era perfeitamente adequado contradizer, tratar com superioridade, ridicularizar, explorar ou exterminar. Todas as três justificativas tinham o mesmo efeito; cultivavam o ódio, em ambos os

sentidos do termo: ao mesmo tempo o estimulavam e continham, fornecendo argumentos respeitáveis para seu exercício e, simultaneamente, obrigando-o a fluir dentro de canais de aprovação cuidadosamente demarcados.”⁴

Segundo Foucault⁵, na Idade Média, século XIV, quando um homem era chamado a “júri”, a primeira coisa a se observar era a que “classe social” pertencia, pois, se este fosse um escravo ou “vagabundo”, seu testemunho teria validade de $\frac{1}{4}$ de palavra; se fosse trabalhador livre seria de $\frac{1}{2}$; e se fosse nobre seria de 1. O peso dado às palavras juradas por um nobre equivalia à palavra de 4 escravos ou 2 trabalhadores livres. Na Idade Média, percebemos que os papéis representados por cada membro na sociedade eram bem definidos e esta, de modo geral, aceitava tal condição até mesmo reproduzindo-a através de seus descendentes.

Com o advento do Iluminismo, movimento que influenciou a França no século XVIII, e se estendeu pelo mundo, notamos uma diferença com relação ao comportamento jurídico e suas punições na sociedade, que antes privilegiava a nobreza, uma vez que não existia a mobilidade social. Segundo as idéias iluministas, que propunham a igualdade e a liberdade econômica para todos, independentemente de classe, credo ou raça, qualquer pessoa poderia tornar-se detentora dos meios de produção. No entanto, isso se fez cumprir numa escala infinitamente pequena, privilegiando, principalmente, as pessoas já detentoras de tais meios. Então, o discurso jurídico, inaugurado no bojo do

⁴ GAY, Peter. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud, o cultivo do ódio. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 43.

⁵ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Trad. VASSALLO, Ligia M. Pondé, 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1993.

movimento de iluminação, foi extremamente incorporado às culturas que sofreram sua influência direta ou indireta.

No cenário do século XIX, o ideal de liberdade e igualdade foi bastante difundido em países que mantinham relações comerciais com a Europa, como por exemplo, os países do continente americano. Tal ideal exerceu grande influência no Brasil — até então colônia portuguesa da América —, despertando movimentos sociais (Inconfidência Mineira e Conjuração Bahiana) que possuíam como finalidade a independência do país, consumada em 7 de setembro de 1822. Neste mesmo período, os princípios abolicionistas também começaram a ser difundidos no país, como reflexo de tal ideal.

Os ideais iluministas, pregando a liberdade de comércio, serviram como “pano de fundo” para que o Brasil se libertasse de Portugal, na medida em que o primeiro vislumbrava a possibilidade de comercializar com outras nações e de não mais se encontrar “preso” ao pacto colonial firmado com sua metrópole. Porém, contraditoriamente, trabalhadores assalariados — necessários para o consumo dos produtos comercializados — não faziam parte do cotidiano nacional, pautado ainda no escravismo.

No âmbito da administração pública do Brasil independente, os líderes agiam conforme as necessidades dos mais favorecidos economicamente. Os possuidores de capital desfrutavam de grande prestígio perante a esfera de comando do país, gozando de inúmeras vantagens, em termos políticos e econômicos.

Após o advento da Proclamação da República⁶, os indivíduos privilegiados pela administração pública tornaram-se os próprios administradores, passando de favorecidos e favorecedores de si próprios. Isto se pôde notar também em São Pedro de Uberabinha. A constatação de que as classes dominantes exerciam poder sobre as forças policial e jurídica da cidade, não é nenhuma novidade para nós, porém nos percebemos surpreendidos ao descobrirmos que o delegado de polícia era nomeado por líderes políticos. Quando um "representante" legal do povo subia ao poder, ele também tinha o direito de nomear seu chefe de polícia. Como sabemos, os financiadores de "campanhas" políticas eram os "Coronéis" da cidade, daí a necessidade de sua proteção policial. Além disso, seus atos abusivos devido ao poder, ficam sem a devida punição.

As acusações contra a polícia giravam em torno de sua ação que, abandonando o caráter de proteção da sociedade, passava a exercer a função de cerco aos adversários políticos de líderes eleitos. No jornal "A Nova Era" encontramos um recorte em que o redator mostrou sua indignação perante esta lei, que descaracterizava por completo a real função da força policial:

"Uma reforma radical do serviço policial do Estado, está se impondo e com muita urgencia.

Não é erro ou exagero dizer-se que, as actuais leis policiaes em vigor não são suficientes para a policia exercer suas funcções no duplo caracter de prevenção e repressão dos crimes.

Bem andou o adiantado Estado de São Paulo reformando completamente o serviço policial e alem de outras medidas a de carreira e pode-se

⁶ Ocorrida em 15 de novembro de 1889.

desde já garantir que tal reforma produzirá bons fructos e beneficios serão os seus resultados.

Continuando o Estado de Minas com o actual serviço policial, brevemente o seo immenso territorio será um grande viveiro de criminosos e a repressão do crime será difficilima, o que já se observa em muitos logares.

Como se ve todos os dias e fallando-se com toda a franqueza, em quasei todos os logares, as nomeações de autoridades policiaes dependem de indicação dos chefes politicos locaes e feitas as nomeações, o nomeado entrega-se de corpo e alma á facção politica de que faz parte, tractando somente de perseguir os seos adversarios politicos e com esse proceder, concorrem as autoridades para o desprestigio da lei e para o augmento da criminalidade desde que a repressão não é feita com toda a justiça e imparcialidade.

Deve-se abandonar a rotina e acompnhar-se o progresso, fazendo-o resaltar em todos os ramos do serviço publico afim de que o Estado gose de estabilidade e paz e que os seus habitantes encontrem na lei, garantia para sua vida e seos direitos, quando forem lesados."⁷ (sic)

O mesmo jornal ainda chama atenção para a confiabilidade dos jurados ouvidos pela Justiça, ou melhor, o jornal denuncia uma insatisfação que, de certa maneira, estava em concordância com as "reivindicações" dos trabalhadores comuns, pois não se sentiam seguros e representados perante a Lei.

"Jury

É uma instituição, embora recommendada por eminentes escriptores, que não tem mais razão de ser, dentro dos moldes, porque foi constituída no Brasil.

⁷ A NOVA ERA, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 06 de Fevereiro de 1907, Anno I, N.º 06, p. 1.

Está em uma situação deplorável, dia a dia vae se desmoralizando, tornando-se um instituto verdadeiramente anachronico.

Em lugar de ser o Evangelho da Justiça e o Capitólio da Lei, tornou-se um tribunal com emblema de Mercurio, como bem se disse em um dos jornaes do Rio.

Os seus verectums não são resolvidos pelo que consta dos autos e dos debates travados, obedecem sempre a sugestões e cabalas clandestinas e até o vil dinheiro tem sido a causa de muitas absolvições!

Ser jurado é traficar com a justiça, é ser regatão de sentenças, como bem affirmou um illustre jornalista.⁸ (sic)

Ora, assim conseguimos perceber como o poder econômico, através de suas artimanhas, corrupção de jurados e indicação de chefes de polícia, tinha livre acesso à justiça. Num município que estava se constituindo, obviamente já existiam pessoas economicamente fortes, vindas de outras regiões do país a fim de acumular mais capital. É plausível a crença de que estes homens eram considerados "donos" da cidade, uma vez que possuíam o poder político, econômico e legal ao seu alcance imediato.

Estes fatos nos levam a pensar como foi construída a noção de moral, tão competentemente introjetada na população, pelas classes dominantes de Uberabinha. Percebemos que foi tarefa fácil, uma vez que todas as forças legais atuavam em favor desta moralidade. A imprensa local serviu a esses interesses como meio de propaganda a essa "repressão branca", uma repressão implícita, na forma de representação moral e de demonstração de força. Para evidenciar isto, encontramos no jornal um boletim policial que dizia:

⁸ A NOVA ERA, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 20 de Fevereiro de 1907, Anno I, N.º 08, p. 1.

"Durante o mez de Março

- Dia 22 – foram presos correccionalmente Cycero Bahiano e Edmundo do Jaco, por ébrios e disordeiros.

- Dia 23 – foram presos o mesmo Cycero Bahiano e Orlando Fenelon, por estarem encommodando o socego publico.

- Dia 26 – foi preso Gabriel Domingos por embriaguez.

- Dia 29 – foi preso Theotonio da Silva Lisboa, Bahiano, por orgia."⁹ (sic)

Podemos verificar, através de levantamentos realizados junto aos Processos Crimes, que os encaminhamentos dados pela justiça eram bem diferenciados, no que se refere a indivíduos mais, e menos favorecidos. Por exemplo, dos 124 processos crimes, temos: apenas 12 condenados; 3 liberados por pagamento de fiança; 38 absolvidos; 4 condenados e foragidos; 15 julgados improcedentes; 24 paralisados; 15 finalizados, pois o réu fugiu; 4 arquivados; 8 prescritos e 1 arquivado, por falta de provas.

Os 12 processos crimes que tiveram condenação são distribuídos da seguinte forma: 4 por ofensa física; 5 por homicídio; 1 por tentativa de homicídio; 1 por ameaça de morte e 1 por difamação. É notória a discriminação em relação às pessoas comuns quando confirmamos que, no montante dos processos crimes analisados, apenas 10% foram realmente levados até o final e seus réus condenados. Não é preciso acrescentarmos aqui, que se tratavam de pessoas não pertencentes a nenhuma esfera de poder do município e, muito menos, possuidoras de algum bem, a não ser de sua força de trabalho. Para corroborar tais dados, citamos como exemplo dois processos movidos por

⁹ **O PROGRESSO**. . Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, Uberabinha, 11 de Abril de 1909, Anno II, N.º 81, p. 2

ameaça que foram julgados pelo mesmo juiz: Em 1907 após uma festa cinco lavradores — Olympio Galdino da Silva (preso), João Bernardes Machado (preso), José Galo (preso), Honorato Muniz Ferreira (preso) e Honoratinho de tal (foragido) — que haviam bebido um pouco mais, resolveram “brincar” com alguns transeuntes cercando-os e prometendo agredi-los com uma faca se por aquele local passassem. As vítimas eram duas mulheres e um homem — Francisco Palmiro Buggeri, D. Antonia Moreira (filha de proprietário rural) e D. Delfina — um padre, uma acompanhante e a filha de um proprietário rural da cidade de São Pedro de Uberabinha. O que poderia ser apenas uma “implicância” de bêbados¹⁰, tornou-se uma “grave ameaça de morte”, levando quatro dos réus à condenação de 9 meses e 10 dias de detenção, e o quinto à fuga, para não ser preso, apesar da afirmação do Promotor, na página 24 do processo, que diz que não ficou provada a verdadeira intenção do ato¹¹.

Logicamente, este seria o correto procedimento da justiça diante de tais ameaças, traduzindo-se numa conduta firme e decisiva para a formação da moral e dos costumes, e para bom andamento da sociedade uberabinhese. Porém, em 1912, um outro crime de ameaça de morte veio à tona. A vítima havia escrito, num jornal da cidade de Araguari-MG — Jornal A Chaleira —, alguns versos “agressivos”, denegrindo a imagem do “Dr. Mosquito” (apelido do réu), que num momento de “raiva”, apanhou uma carabina e se dirigiu ao

¹⁰ Os réus vinham de uma festa e caminhavam sobre os trilhos da Estrada de Ferro Mogiana, quando se depararam com as vítimas que faziam o mesmo caminho em sentido contrário. No momento em que se cruzaram, os réus ameaçaram as vítimas tentando impedi-las de passar por eles. As vítimas não recuaram, passaram e registraram queixa na Delegacia de Polícia do Município de São Pedro de Uberabinha.

¹¹ Processo Crime n.º 221, de 1907.

escritório do 2º Cartório de Ofício da cidade, para "tirar satisfações" com o secretário, pessoa responsável pelo artigo.

Segundo o juiz, nos vistos do processo, afirma:

"Considerando que, perante o novo Cod. Penal, a intenção entre crimes e contravenções esta simplesmente nas suas denominações. Considerando que esta provado pelos depoimentos das testemunhas, que o reo, quando praticou o ato criminoso, que lhe é imputado, achava-se em estado de grande exaltação e perturbação de espirito, causada pelo facto de julgar-se offendido nos seus brios e sentimento de honra. considerando que o reo sendo acalmado e bem aconselhado, arrependeu-se imediatamente do acto que estava praticando e expontaneamente entregou a arma que trazia consigo. Considerando que, pelo arrependimento, o reu mostrou ser-lhe inutil a pena como corretivo, e pela obdiência aos bons conselhos que lhe forão dados, principalmente entregando expontaneamente a arma que trazia consigo, fez desaparecer o alarme causado pelo seu acto, revelando-se não ser individuo perjoro a ordem social.

*Julgo improcedente a denuncia de fls. 2, em todos os seus termos e absolvo o reo Nicolau Soares da acusação que lhe foi intentado."*¹² (sic.)

Esclarecendo os fatos, Nicolau Soares era o Procurador de Causas de São Pedro de Uberabinha, e a vítima, Agenor Paes, trabalhava no 2º Cartório de Ofício. Buscando em fontes orais,¹³ viemos a descobrir que Agenor Paes era um dos proprietários do Cartório. É perceptível aqui como a posição do juiz se modificou. Noutro processo, envolvendo apenas lavradores — trabalhadores comuns — como réus, a lei tinha por "obrigação" mostrar todo o seu rigor para

¹² Processo 161 de 1912.

¹³ Eduardina Rezende de Barros, nascida em 1912 na cidade de Monte Alegre, mudou-se para São Pedro de Uberabinha em 1916, entrevista dada ao pesquisador em 15/02/2000.

que os indivíduos se adequassem à moral “forjada”, visando o bom andamento social; ao passo que, quando se tratava de homens de “bem”, mesmo agindo com violência num momento de fúria, possuíam a “moral” como algo inerente a si mesmos, não sendo necessários métodos rigorosos para que ela surgisse e corrigisse os atos do “bom cidadão”, economicamente abastado.

Podemos relatar ainda um outro processo, que nos permite reiterar o exposto acima: o Professor Honorio Guimarães¹⁴, pessoa “honrada” da sociedade uberabinhense, empregado público, paulista, disparou um tiro de revólver em frente ao Cinema São Pedro, de propriedade do Capitão Custodio da Costa Pereira. Segundo seis testemunhas, sendo que só uma presenciou o fato (as demais ficaram sabendo), o tiro foi disparado casualmente. Porém, no processo, constam mais seis testemunhas afirmando que o tiro foi disparado contra Odorico Moar Costa – redator do Jornal “Pintasilgo”, que havia feito uma sátira com o nome do réu. O próprio Odorico mandou uma carta ao juiz afirmando:

“17/08/1914

Hontem, por volta das 9 e ½ horas da noite, proximo ao Theatro São Pedro, desta Cidade, fui victima de uma tentativa de homicidio. Honorio Guimarães, depois de ameaças, desfechou contra mim um tiro de revolver, que, por felicidade minha, não me attingiu.

O Delegado de Policia deste Termo está agindo contra mim, praticando violencias, e é criatura de Honorio Guimarães, de modo que não cumpriu e provavelmente não cumprirá o seu dever.

Tratando-se de crime publico, recorro á auctoridade de V. Exc. E peço justiça.

¹⁴ Processo número 459 de 1914.

*Saude e Fraternidade — Odorico Moar
Costa.*¹⁵ (sic)

As testemunhas do réu foram: Julio Dioneira de Alvarenga, dentista; Leoncio do Carmo Chaves, farmacêutico; Antonio Custodio Pereira, negociante; Eduardo Monteiro de Barros, dentista; Francisco Giffoni, empregado do cinema e Francisco Custodio Pereira Filho, negociante. Todas as testemunhas, exceto o empregado do cinema, eram pessoas influentes da sociedade de Uberabinha. As testemunhas da vítima eram: Camillo Rodrigues Chaves, negociante; Belchior de Paiva Pinto, empregado do comércio; Jeronymo Francisco Xavier, lavrador; Amadeu Dabe Siriani, pedreiro; Octavio Ferreira Couto, lavrador e Francisco Antonio Gambardella, sapateiro. Exceto a primeira, negociante, as demais eram pessoas "comuns", o que com certeza, levaria a "balança" a pender mais para o lado do réu e de suas seis testemunhas "de peso". A conclusão do processo foi: 1º. Ao invés de o réu ser indiciado por tentativa de homicídio (pena prevista de doze a trinta anos¹⁶), foi enquadrado no artigo 377 — por atentado público, que prevê uma pena de quinze a sessenta dias¹⁷. É importante destacarmos que, em momento algum do processo, a questão do porte ilegal de armas foi salientada. 2º. Por ser um processo por atentado público, não ficou comprovada a culpabilidade do réu, paralisando seu andamento em 20/10/1914.

¹⁵ Idem, p. 12

¹⁶ PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos penais do Brasil: evolução histórica*. São Paulo: 1934. p. 303

¹⁷ Idem, p.314.

Os processos que efetivamente seguiam até o final, com punições severas para os réus, eram aqueles que envolviam pessoas menos privilegiadas econômica e socialmente. Eram decorrentes de fatos que “chocavam” a opinião pública, sendo necessárias grandes punições “exemplares”, como é o caso de um dos 12 processos que tiveram seus réus condenados. O fato ocorreu na Rua da Chapada, em uma casa familiar: Raymundo Barboza dos Santos¹⁸ havia vindo do Estado da Bahia para se empregar em São Pedro de Uberabinha como lavrador. Trouxera consigo sua esposa, Florinda Severina da Cunha, e o filho, Militão Barbosa dos Santos. Com o passar do tempo, Raymundo, conseguindo arrendar um pedaço de terra, através das leis de incentivo do governo estadual sobre terras devolutas, resolveu acolher em sua casa o conterrâneo, Antonio Jorge da Costa, e o filho, Joaquim Jorge. Algum tempo depois, Antonio Jorge tornou-se amante de Florinda e planejaram assassinar Raymundo a fim de obterem a concessão de seu lote de terra. No dia 15/02/1898, o crime foi consumado através de várias facadas. No dia seguinte, os vizinhos denunciaram à polícia que havia algo errado na casa de Raymundo e esta resolveu investigar o caso. Após a investigação, concluíram que a vítima havia sido assassinada, e não caído na cisterna, como afirmaram os réus. Neste momento, a polícia prendeu todos os envolvidos e deu início ao desenrolar do processo. No dia 05/03/1898, Militão e Joaquim Jorge foram soltos, porque não foi possível provar o envolvimento de ambos no caso, sob a acusação de haverem ajudado a ocultar o cadáver¹⁹. Em

¹⁸ Processo n.º 1616 de 1898

¹⁹ *idem*, p. 65-68.

22/07/1898 foi divulgada a sentença do réu Antonio Jorge, lhe conferindo uma pena de 30 anos a ser cumprida na cadeia de Uberaba. A mesma sentença também foi dada à ré Florinda, em 23/07/1898. Ambos recorreram da decisão judicial, e em 22/09/1898 a ré foi absolvida pelo júri, usando como álibi o envolvimento sedutor do réu, ao passo que o réu foi novamente condenado. No processo não consta a certidão de soltura do réu, por isso, não é possível saber se o mesmo cumpriu pena até o final ou se veio a falecer antes, já que na época do crime, já contava com 40 anos de idade.

Havia processos que apontavam fuga de réus, quando isso não acontecia, muito provavelmente, eram condenados, mesmo tendo executado crimes a mando de outros.

A justiça se incumbia de dar “fim” aos processos crimes, deixando que eles prescrevessem por falta de provas ou mesmo arquivando-os, a mando de algum “poderoso” envolvido direta ou indiretamente nos casos.

Os processos de ofensa física, envolvendo pessoas “comuns” e não causando nenhum “mal” mais grave à sociedade, eram considerados pela justiça peças “banais”, pois acreditava-se ficar a cargo dos “valentes” definirem “seus” espaços neste corpo social, não sendo necessária a lei para tanto. Temos alguns exemplos, com é o caso do processo envolvendo dois soldados e um comerciante²⁰. Segundo o soldado José Maria do Rozario:

“Respondeu que por ter tomado um golinho não se recorda do dia, porem sabe que foi de noite ao passar pela frente de uma vendola na rua Vigario Dantas desta cidade, vio o vendeiro de dentro do

²⁰ Processo n.º 547 de 1909.

bacãozinho e uma outra pessoa do lado de fora do barcão, e entre elles encima do barcão um couro pequeno. Elle declarente entrou e perguntou o que era aquillo, pois parecia jogo entre duas pessoas e que e prohibido. Teve elle declarente por resposta que elle não tinha nada com isto, e quando elle pegava no dito couro o vendeiro pucando prespitadamente e deu uma bufetada na cara delle respondente, e nisto elle deu vós de prizão ao seu agressor e como encontrasse rezistencia de seu agressor pediu auxilio ao seu companheiro Jose Belchior..." (sic)²¹

Neste processo foram ouvidas três testemunhas, que afirmaram ter visto a confusão, mas não sabiam nada a respeito de seu começo. Sendo assim, o Promotor de justiça enviou um parecer ao Juiz dizendo:

"A delegacia de policia não cumprio o que requereu esta promotoria. O offendido Joaquim Calderia de Moura vulgo Joaquim Bahiano, tendo-se apresentado á esta promotoria ferido e declarando que os seus offensores tinham praticado outras violencias em seu estabelecimento commercial, imediatamente officiei á delegacia para tomar todas as providencias, bem como proceder auto na dita casa. Isso não se fez e nem o delegado mandou autoar o officio..." (sic)²²

Após este parecer, simplesmente o processo parou, não havendo mais nenhuma investigação sobre o fato.

Temos também outro processo de ofensa, porém dotado de uma peculiaridade. Nota-se claramente a necessidade de a justiça, em alguns momentos, encontrar "bodes expiatórios" com o intuito de servirem de exemplo

²¹ Idem, p. 10.

²² Idem, p. 10.

e “conterem” o tipo de violência em questão. Neste processo, envolvendo dois soldados, o indiciado afirmou:

(...) “que veio se appresentar a prizão, porque achando-se com seu companheiro, João Bento da Silva, em uma das ruas da cidade, a de nome ‘Vigario Dantas’ e devido a uma brincaderia em a qual tratou de mostrar aquelle seu companheiro uma garrucha que elle respondente possuia, aconteceo que desastradamente essa arma disparou indo o progetil attingir aquelle seu companheiro e por essa razão elle respondente veio entregar-se a prizão com o fim de justificar-se da involuntariedade do crime.”²³ (sic)

Porém, a vítima declarou:

(...) “respondeu que hoje, as nove horas da manhã, mais ou menos, achando-se elle respondente e seu companheiro Francisco Ferreira da Silva, em caza do de nome Laudelino da Costa Moraes, onde pegam pensão e na melhor harmonia possivel, José Ferreira, lancando mão de uma garrucha sem a menor intenção criminoza para com elle respondente, apenas com o fim de uma brincaderia aconteceo que a arma disparou indo o progetil produzir-lhe a Offensa constante do auto do corpo de delito. Declara que isenta por completo a seu companheiro José Ferreira da Silva de qualquer responsabilidade criminal nesta facto, por que tem absoluta certeza que elle se deo todo cazualmente, sem a menor intenção criminoza, pois achão-se em caza de Laudelino, na melhor camaradagem possivel e em brincaderia um com o outro e ainda porque entre elle respondente e seu companheiro não existe a menor aminnosidade, sendo ambos amigos.”²⁴ (sic)

²³ Processo n.º 461 de 1910, p. 3.

²⁴ Idem, p. 07. Os grifos são meus.

O réu foi condenado em 03/08/1910, apesar de todas as testemunhas garantirem não haver inimizade entre ele e a vítima. Segundo o Promotor de justiça, de acordo com o local onde foi dado o tiro (dentro de um quarto) e onde se alojou a bala (lado esquerdo do pescoço), o ato só poderia ter sido intencional, apontamento este que o Juiz acatou. Após a sentença dada, o réu entrou com recurso e, em revisão do processo, o Juiz considerou o caso improcedente, absolvendo o réu em 01/12/1910, dois meses após a 1ª condenação.

Algumas vezes, o Juiz e o Promotor interrompiam o andamento de processos, não apresentando denúncias ou não as aceitando, mesmo que fossem de homicídio, acreditando que não seriam casos de extrema necessidade para a "correção da moral", como é o caso do ocorrido entre dois lavradores, na Fazenda Burity, no município de São Pedro de Uberabinha. Segundo a vítima:

"Respondeu que effectivamente en dia logar e hora que resa a denuncia o denunciado desfechou-lhe dois tiros de espingarda errando o alvo porque quando foram desfechados os tiros elle respondente saltou do animal e assim pode se livrar dos mesmos. Que não tinha inimidade alguma com o denunciado mais parece-lhe que o denunciado assim procedeu pelo facto seguinte: Estando elle respondente em casa de seo tio Honorio Rodrigues na fazenda do Burity ahi chegou na vespera do facto delictuoso, a mulher de Francisco Claro, chorosa e declarando que o denunciado queria a tirar a força da casa de seu marido e logo após chegou o denunciado, insistindo nessa occasião para ella voltar a casa do marido e como o referido Honorio estivesse passando mal elle respondente interveio e pediu ao denunciado que desistisse de tal intuito e que ao mesmo tempo nada fizesse visto o estado de

*saude de Honorio, então o denunciado retirar-se e ao transpôr á porta de sahida desfecha um tiro de garrucha que vasou a porta e foi alojar-se em uma parede do interior da casa e declarou que o tiro era para o veado querendo referir-se a elle respondente. Que no dia seguinte indo a esta cidade fazer umas compras para Honorio e na volta foi que como já disse o denunciado desfechou-lhe os dois tiros e ainda nesse dia o denunciado contou ao seu tio Honorio que havia comprado uma espingarda para matar o veado, referencia a elle respondente.*²⁵ (sic)

Diante do fato narrado pela vítima e pelas seis testemunhas, ressaltando que o réu não foi ouvido, o Juiz forneceu seu parecer:

"Vistos, etc., e

*attendendo á ausencia de provas produzidas contra o denunciado, por isso que a primeira, segunda e terceira testemunhas declaram que apenas por ter ouvido á indigitada victima sabem do facto relatado na denuncia, nada sabendo a quarta testemunha e sendo informantes a quinta e sexta, julgo improcedente a denuncia de fls. 2 e mando que archive o presente processo. Custas na forma da lei.*²⁶ (sic)

Em conclusão, podemos dizer que a justiça, em São Pedro de Uberabinha, funcionava – e porque não dizer que ainda funciona atualmente – como órgão regulador da sociedade, auxiliando o processo de introjeção do conceito de ordem moral, que preconiza o bom funcionamento social através da exemplificação da pena. No entanto, através de nossa pesquisa verificamos que sua real função não se cumpriu, ou seja, função de julgar – punir ou

²⁵ Processo n.º 340 de 1908, p. 23.

²⁶ Idem, p. 29

absolver – crimes que aconteceram dentro de um espaço de convivência humana. Menos de 10% dos crimes foram julgados tendo seus réus punidos, o que nos leva a crer que as ações da justiça ocorreram prioritariamente no sentido de dar exemplos e de tentar enquadrar os homens “comuns” numa cultura “criada” pelos dominantes, “ensinando-os” uma ação mais “dócil”, impossibilitando-os extravasarem sua agressividade pelos meios “convencionais” da valentia.

Considerações Finais

Nosso objetivo neste trabalho foi compreender, através da análise de processos criminais, acontecimentos sociais envolvendo a violência que ocorriam na sociedade de São Pedro de Uberabinha (e que ocorrem também na sociedade atual), e ainda constatar quais as atitudes tomadas pelos homens da Justiça diante deles. Percebemos que, quando se colocavam em questão diferentes níveis sociais, a Justiça sempre beneficiava, através de sua omissão, aqueles indivíduos mais influentes, economicamente favorecidos, em detrimento dos menos abastados.

A própria construção da economia capitalista se traduz num ato violento ao expropriar os trabalhadores de seus meios de sobrevivência e permitir que os proprietários exerçam a lucratividade através da mais-valia, concentrando renda nas mãos de poucos. Este aspecto, em momento algum, é levado em consideração pela Justiça; já que os possuidores dos meios de produção sempre são tratados como “inocentes”.

A exploração econômica vem, ao longo do tempo, se embrenhando no meio social, perpassando as relações trabalhistas, quase sem ser notada. A exemplo disso, consta escrito na primeira folha da carteira profissional, o seguinte item :

“Art. XXIII – 1. Todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Todo o homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

3. Todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se

acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.”¹

Diante disso, nos perguntamos: seria possível que um trabalhador “comum” se mantivesse recebendo a remuneração proposta pelo Estado Brasileiro, através do salário mínimo, garantindo a satisfação de suas necessidades e de seus dependentes? É provável que se as necessidades deles não incluíssem saúde, educação, bem estar, alimentação e moradia, a resposta a essa pergunta seria positiva. Notemos que, esta violência, explicitada através da não permissão do acesso aos meios de sobrevivência ao trabalhador assalariado, é reproduzida na sociedade com muita frequência e, muitas vezes, banalizada.

A Justiça, na sociedade capitalista, se comporta de maneira exemplificadora, punindo alguns casos e dando soltura a outros, quando julga crimes cometidos por pessoas menos favorecidas. Esta forma de punição tem o propósito de demonstrar para o corpo social que, de alguma maneira, a Justiça está sempre atenta e que, a qualquer momento, um crime cometido por um homem “comum” pode ser levado às últimas consequências (previstas em lei), como forma de readequá-lo por meio do “medo” da punição. Ao mesmo tempo, notamos que esta Justiça é formada por homens “comandantes” das esferas econômica e política da sociedade, empregando “seu poder” para coordenar, para organizar, a massa de mão-de-obra, obedecendo à padrões favoráveis à exploração financeira.

¹ Parte da Declaração Universal dos Direitos do Homem, citada em Ministério do Trabalho, Secretaria de emprego e salário, Carteira de Trabalho e Previdência Social. p. 1.

Atualmente, notamos através da mídia, que os índices de violência na sociedade vêm, a cada dia, apresentado números mais elevados. Para combater este aumento de criminalidade, os governantes estão investindo grandes quantias monetárias equipando a força policial, melhorando suas condições armamentistas, reformando presídios, construindo mais selas para a reclusão de “delinqüentes”, etc. No entanto, esses índices não decrescem conforme o esperado, fazendo valer o ditado popular: “*violência só traz violência*”. Na perspectiva da administração pública, o problema da violência no Brasil poderia ser solucionado assim:

(...) “Com cerca de cem páginas e incluindo textos, fotos, estatísticas e gráficos, o relatório sobre violência no País analisa qual a situação atual dos direitos humanos do Brasil. Aborda desde a violência contra trabalhadores rurais e povos indígenas até as violações sofridas por quem vive nas cidades e tem de conviver com chacinas, violência policial, racismo, torturas no sistema carcerário. Ainda relata casos de racismo, trabalho escravo e maus-tratos de adolescentes na Febem.

De acordo com uma das diretoras da Justiça Global, Maria Luisa Mendonça, a falta de punição para quem desrespeita os direitos humanos é um dos pontos críticos da realidade brasileira. ‘Não dá para comparar se é mais grave matar criança ou matar índio, mas em geral, a impunidade generalizada no País é o pior problema’ acredita.”²

Na tentativa de combatê-la (pois “ameaça” e “intimida” as classes média e alta da sociedade), o governo propõe medidas paliativas, desviando verbas de outros setores “menos” importantes como o da saúde e da

² GARBIN, Luciana. Relatório sobre violência no País inclui índios, chacinas e Febem. Documento será distribuído à imprensa internacional; depois, se transformará em livro. In.: **O Estado de São Paulo**, São Paulo: 06/12/2000, p. C8.

educação. Em nossa percepção, o problema social da violência está ligado a outras questões, tais como: divisão não igualitária de renda, corrupção política e do sistema judiciário — e não, à falta de investimentos em segurança.

O propósito desta monografia foi, em última instância, mostrar as contradições do sistema capitalista, que busca combater a violência pelos métodos que acreditamos serem os piores, pois sua verdadeira causa não tramita na esfera administrativa do país com a devida relevância.

Bibliografia e Fontes

Bibliografia

- ALVES, Rosa Maria. **Arrolamento das fontes históricas de Uberlândia**. Uberlândia: Universidade de Uberlândia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1976.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites- século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARREIRO, José Carlos. **O cotidiano e discurso dos viajantes: criminalidade ideologia e luta social no Brasil do século XIX**. São Paulo: Tese de doutoramento, Departamento de História/FFLCH/USP, 1988, mimeo.
- BECCARIA, Casare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, Tudo é História, 1981.
- BRANDÃO, Carlos. **Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria**. Belo Horizonte: Tese de mestrado pela UFMG/CEDEPLAR, 1989. (mimeo)
- CANÊDO, Leticia Bicalho. **A revolução industrial**. 2ª ed., São Paulo: Atual, 1986.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1978.

EISENBERG, Peter L.. O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX: sugestões para uma pesquisa; A mentalidade dos fazendeiro no Congresso Agrícola 1878; A questão da mão-de-obra nos Congressos Agrícolas de 1878; Escravo e proletário na história do Brasil, In: **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil — séculos XVIII e XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989, pp. 223-244; pp. 131-130; pp. 167-185; pp. 187-212.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano. a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Trad. VASSALLO, Ligia M. Pondé, 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **História da sexualidade. a vontade de saber**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

GARCIA, Renísia Cristina. **Honra, sobrevivência e valentia — um estudo sobre trabalhadores e populações pobre uberlandenses envolvidos em processos criminais (1922 A 1937)**. São Paulo: Tese de Mestrado em História pela PUC/SP, 1997.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. o cultivo do ódio**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GUIMARÃES, Eduardo N.. **Infra-estrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho**. Belo Horizonte: Tese de mestrado em economia pela UFMG/CEDEPLAR, 1990.

- _____. A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: o Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. In.: **História e perspectivas**. Uberlândia: Editora da UFU, n.º 4, jan/jun 1991, p. 7-35.
- HALL, Michael. Trabalhadores imigrantes, In.: **Trabalhadores imigrantes**. Revista com publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura, Prefeitura Municipal de Campinas, São Paulo, 1989.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LANGLOIS, Charles e SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos estudos históricos**. Trad., São Paulo: Perseverança, 1949.
- LANNA, Ana Lúcia D.. **A transformação do trabalho**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2ª ed., 1989.
- LARA, Silvia Hunold. 'Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil, In: **Projeto história: revista do programa de estudos Pós-Graduados em história e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo: Editora da PUC-SP, n.º 12, 1995, pp. 43-56.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808 – 1842**. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho: em uma economia escravista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucinalizada (Uberlândia 1965 a 1980)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1990, p. 2-3.
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura Popular: em busca de um referencial conceitual. In.: **Cadernos de história**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, V. 5, n.º 5, jan./dez. 1994,
- MACHADO, Maria Helena. **Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARX, K. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. A maquinaria. In.: **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, vol. II, cap. XIII, 1988.

_____. e ENGELES, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história. operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PUGA DE SOUSA, Vera Lúcia. **Entre o bem e o mal (educação e sexualidade – anos 60 – Triângulo Mineiro)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 1991.

_____. **Paixão, sedução e violência. 1960-1980**. São Paulo: Tese de Doutorado, 1998.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **A conquista da liberdade: cenas do cotidiano uberabense nas últimas décadas da escravidão no Brasil**. Uberlândia: Trabalho de Monográfico, Cursos de História da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

ROUANET, Sergio Paulo. Mal-estar na modernidade. In.: **Revista brasileira de psicanálise**. Vol. XXXI, (1):9-30, 1997, p. 9-30.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)**. São Paulo: HUCITEC; Brasília, INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

_____. **República: a civilização dos excluídos (representações do trabalhador nacional). (1870-1919).** São Paulo: Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 1995.

SANO, Rui Kban. Japoneses sonhos e pesadelo. In.: **Trabalhadores imigrantes.** Campinas: Revista com publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura, Prefeitura Municipal de Campinas, 1989.

SILVA, Heladir Josefina Saraiva e. **Representação e vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro: um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista (1890-1920).** Franca: Dissertação de Mestrado, mimeo, 1998.

THOMPSON, E. P. O Tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

_____. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, vol. II.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WAGNER, Reinhardt. Os parceiros de Ibicaba, In.: **Trabalhadores imigrantes.** Campinas: Revista com publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura, Prefeitura Municipal de Campinas, 1989.

WEBER, Regina. Alemães, classes médias no sul, In.: **Trabalhadores imigrantes.** Campinas: Revista com publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura, Prefeitura Municipal de Campinas, 1989.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Fontes

ARANTES, J. **Corografia do município de Uberlândia**. Uberlândia: Ed. Pavan, 1938.

Arquivo geral do Fórum Abelardo Penna – **PROCESSOS CRIMINAIS**

ATA da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vereadores, 13 de Outubro de 1887 – APU.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha. **Código de Posturas**. Estatuto e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha, 1913. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

CÓDIGO PENAL DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. 1890

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, citada em Ministério do Trabalho, Secretaria de emprego e salário, Carteira de Trabalho e Previdência Social. p. 1.

GARBIN, Luciana. Relatório sobre violência no País inclui índios, chacinas e Febem. Documento será distribuído à imprensa internacional; depois, se transformará em livro. In.: **O Estado de São Paulo**. São Paulo: 06/12/2000, p. C8.

Jornal **A Nova Era**, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, n.º 06, 08, 10, 12 e 19.

Jornal **O Progresso**, Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, n.º 04, 09, 12, 16, 35, 36, 60, 63, 64, 72, 81, 83, 184, 194, 196, 197, 198, 200, 201 e 240.

Coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Ouro Preto, Cidade de Minas, Belo Horizonte: Imprensa Oficial).

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837).** Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, Vol. II, n.º 3-A, 1981.

MENDES, Edilson Lamartini. **Fazendas de criação do Triângulo Mineiro.** Uberaba: Museu do Zebu, Maio, 1987.

MENDONÇA, José. **História de Uberaba.** Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

PEZZUTI, P. **Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia.** Uberabinha: Livraria Kosmos:1922, p. 8-9.

PIERANGELLI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica.** São Paulo: Ed. Jalovi, 1980.

PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a civilização no Brasil central.** Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

SAMPAIO, Borges. **Uberaba, fatos e homens.** Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1971.– p. 122.

TEIXEIRA, Francisco M. P. e TOTINI, Maria Elizabeth. **História econômica e administrativa do Brasil.** São Paulo: Editora Ática.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil central: história da criação do município de Uberlândia.** Uberlândia: Ed. Uberlândia Gráfica Ltda, 1ª edição, vol. 1, 1970.

TRIBUNA DO POVO. 15 de abril de 1894, col. 1, Arquivo Público Mineiro.

PROCESSOS CRIMINAIS, n.^{os} 105/1908; 108/1912; 112/1911; 12/1917; 122/1918; 125/1899; 130/1908; 131/1918; 145/1906; 15/1915; 151/1912; 156/1912; 158/1904; 158/1912; 161/1912; 1616/1898; 164/1904; 166/1904; 167/1904; 169/1904; 17/1912; 178/1909; 18/1900; 181/1919; 19/1903; 196/1905; 198/1905; 199/1905; 20/1916; 200/1905; 201/1905; 215/1907; 220/1907; 221/1907; 222/1907; 237/1913; 241/1913; 249/1903; 25/1905; 256/1919; 259/1907; 272/1916; 279/1895; 28/1920; 281/1903; 286/1910; 296/1920; 304/1920; 324/1918; 340/1908; 345/1908; 457/1918; 35/1891; 350/1918; 351/1918; 361/1919; 374/1911; 375/1911; 378/1914; 381/1914; 381/1920; 383/1920; 385/1912; 389/1915; 392/1919; 40/1912; 405/1909; 409/1916; 423/1907; 423/1909; 428/1910; 429/1910; 443/1912; 444/1912; 452/1910; 456/1918; 459/1911; 459/1914; 460/1908; 460/1920; 461/1910; 464/1911; 466/1911; 468/1911; 474/1917; 476/1917; 477/1917; 478/1917; 479/1917; 486/1919; 547/1909; 548/1908; 549/1909; 56/1918; 562/1920; 582/1910; 588/1909; 589/1909; 60/1911; 600/1909; 601/1910; 604/1909; 605/1909; 606/1910; 607/1915; 608/1911; 611/1909; 612/1915; 620/1909; 620/1915; 622/1909; 67/1910; 79/1902; 88/1907; 89/1919; 97/1920; s/n/1903; s/n/1904; s/n/1909; s/n/1909; s/n/1915; s/n/1919; s/n/1920; 461/1910.

Anexos

Anexo 1 – Entrada de imigrantes em Minas Gerais
(1894-1901)

Ano	Imigrantes	Italiano
1894	4.554	4.410
1895	6.631	6.422
1896	22.496	18.999
1897	17.578	17.303
1898	2.228	2.111
1899	674	650
1900	136	21
1901	18	4
Totais	54.315	49.920

Fontes¹:

Para os dados relativos ao período de 1895-1899:

APM – Mapa geral do movimento de imigrantes do Estado de Minas Gerais. In.: **Relatório da repartição de terras e colonização**. Ouro Preto/Cidade de Minas: Imprensa Oficial, Ano: 1895, 1896, 1897, 1898 e 1899.

Para os dados relativos ao período de 1894, 1900 e 1901:

BERNARDI, T. S. Lo Stato di Minas Gerais. In.: TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989, p. 101.

¹ Cf. SILVA, Heladir Josefina Saraiva. Op. cit. p. 173

*Anexo 2 - Total de imigrantes italianos falecidos na
Hospedaria Horta Barbosa*

Ano	Total de falecidos	Total de falecidos
1894	35	—
1895	50* / 60•	—
1896	82•	49
1897	117•	131
1898	20•	5
Fontes ² :	Dados compilados de: * Livros de Matrícula de Imigrantes da Hospedaria Horta Barbosa, SA-867, SA-884. • Livro de Movimento da Enfermaria da Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa, SA-1070	Dados fornecidos nos: Mapa Geral do Movimento de Imigrantes do Estado de Minas Gerais – Secção da Repartição de Terras e Colonização em Minas. In.: Relatório do Inspetor de Terras e Colonização ao Secretário de Estado da Agricultura. Ouro Preto/ Cidade de Minas: Imprensa Oficial, ano de 1897, 1898 e 1899.

² Idem. p. 174

Anexo 3 - Processos Crimes

N.º Proc. / Ano	Crime	Art.	Hora	Local	Indiciado	Vítima	Arma	Pena
588/1909	Homicídio	294	11:00	Beira de um córrego	Luiz Regis Telles	Florencio Aprigo da Costa	Espingarda	Fugitivo
620/1909	Homicídio	294	06:00	Fazenda Sobradinho	Manoel Pio	José de Tal	Garrucha	Art. 294
611/1909	Homicídio	294	20:00	Fazenda Burity	Zacharias Antonio Rosa	Feliciano Roldão	Instr. Cortante	Art. 294
374/1911	Homicídio	294	Manhã	Fazenda Capim Branco	Artur Martha da Fonseca	João de Tal	Garrucha	22 anos e 9 meses
S/n/1903	Homicídio	294	Madrugada	Fazenda Sobradinho	Joaquim José Pereira Pinto	Guilhermina Maria de Jesus	Cacete	9 anos e 4 meses
20/1916	Homicídio	294	15:00	Fazenda Capim Branco	Joaquim Amancio Cabral	João Ferreira Coelho	Espingarda	Absolvido
389/1915	Homicídio	294	08:00	Fazenda Sobradinho	Ozorio Pereira Lima	Antonio da Silva e Oliveira	Garrucha	Absolvido
112/1911	Homicídio	294	18:00	Fazenda Burity	Joaquim Dionyzio Pereira	Joaquim José de Cerqueira	Garrucha	Absolvido
279/1895	Homicídio	294	06:00	Fazenda Sobradinho	Joaquim Ezequiel de Souza	Cezario da Costa Leite	Pau	Absolvido
108/1912	Homicídio	294	16:00	Fazenda Sobradinho	Luziano José Quirino	Onofre Claudio de Souza	Garrucha	Improcedente
429/1910	Homicídio	294	19:00	Fazenda Burity	Pedro Gomes	Joaquim Ferreira da Silva	Faca	Fugitivo
409/1916	Homicídio	294	15:00	Fazenda Água Limpa	Lauro José da Silva	Joaquim Filippe dos Santos	Garrucha	Paralisado
443/1912	Homicídio	294	08:00	Fazenda dos Martins	Franklin Machado de Silveira	Leonardo Tomaz de Aquino	Garrucha	Prescrito
12/1917	Homicídio	294	11:00	Fazenda Sobradinho	José Barbara	Francisco Soares da Silva	Faca	Paralisado
S/n/1909	Homicídio	294	19:00	Fazenda Sobradinho	Carlota Rodrigues de Rezende	Maria Jacinthia Teixeira	Canivete	Fugitiva
122/1918	Homicídio	294	12:00	Próximo a cidade	Joaquim José dos Santos	Francisco Placido dos Santos	Garrucha	Paralisado
392/1919	Homicídio	294	07:30	Linha Mogiana km 725	Guilherme Pedro Moraes	Octaviano Gonçalves	Faca	Paralisado
340/1908	Homicídio	294	16:00	Fazenda Burity	Nelson Ferreira Coelho	Carlos Rodrigues da Cunha	Espingarda	Arquivado
S/n/1919	Tent. Homicídio	304	14:00	Fazenda Sobradinho	Joaquim Araujo	Jarbas Gomes Diniz	Garrucha	Absolvido
385/1912	Tent. Homicídio	294	12:00	Fazenda Sobradinho	Clemente Vicente Ferreira	Marciano Gomes Teixeira	Faca	Absolvido

220/1907	Tent. Homicídio	294	13:30	Fazenda Burity	João Mathias dos Santos	Antonio de Souza Barbosa	Faca	Absolvido
79/1902	Tent. Homicídio	294	21:00	Fazenda Burity	Olympio Galdino da Silva	Joaquim Antonio Ribeiro	Arma de fogo	Absolvido
600/1909	Tent. Homicídio	294	12:00	Fazenda Sobradinho	Manoel Joaquim de Souza	João Antonio da Silva		Arquivado
25/1905	Tent. Homicídio	294	12:00	Fazenda dos Dias	Joaquim Jeronymo	Argemiro Vieira Carneiro	Espingarda	Falta de provas
456/1918	Tent. Homicídio	294		Fazenda Sobradinho	Semeão João Cruz	Jeronymo Adão Pereira	Faca	Paralisado
178/1909	Tent. Homicídio	294	07:00	Fazenda Sobradinho	Pedro de Tal	Joaquim Alves de Araujo	Carabina	Paralisado
452/1910	Tent. Homicídio	294	13:00	Fazenda Burity	Manoel Christino	João Manoel da Silva	Carabina	Paralisado
549/1909	Tent. Homicídio	294	17:00	Perto da cidade	José Antonio do Rego	Maria Jacintha da Silva	Carabina	Improcedente
476/1917	Tent. Homicídio	304	21:00	Fazenda Capim Branco	José Augusto	Ramiro Maximiano de Oliveira	Garrucha	Fugitivo
221/1907	Ameaça	180	18:00	Fazenda Sobradinho	Olympio Galdino da Silva	Francisco Palmiro Buggeri	Faca	9 meses e 10 dias
423/1909	Ofensa	294	19:00	Fazenda Letreiro	Candido Pereira da Silva	Pedro Felisbino de Souza	Porrete	14 meses
166/1904	Tent. Homicídio	294	Manhã	Fazenda Sobradinho	Francisco Coelho da Silva	Pio Antonio da Silva	Garrucha	3 meses e 15 dias
459/1911	Ofensa	304	19:00	Fazenda Sobradinho	Francisco Ponciano	Nicolau Gomes de Miranda	Faca	7 meses e 15 dias
145/1906	Ofensa	303	13:00	Fazenda Burity	Joaquim Jorge da Costa	Cassimiro Francisco Silva	Faca	11 meses e 11 dias
460/1908	Ofensa	303	17:30	Margem esquerda do rio Uberabinha	Francisco Marcellino	Francisco Fara	Pau	Fiança
167/1904	Ofensa	303	15:00	Subúrbio	Francisco José dos Santos	Maria Abbadia dos Santos	Porrete	Absolvido
200/1905	Ofensa	305	08:00	Fazenda Burity	Francisco Jorge Gonçalves	Felicia Rita de Jesus	Laço	Absolvido
158/1912	Ofensa	303	20:00	Fazenda Sobradinho	Angelo Zuchette	Candida del Bello	Garrucha	Absolvido
156/1912	Ofesna	304	18:00	Fazenda Sobradinho	João Pulcino	Francisco Ponciano da Silva	Enchada	Absolvido
304/1920	Ofensa	304	21:00	Próximo a cidade	Manoel Love Rodrigues	Anna de Jesus	Pau	Absolvido
381/1914	Ofensa	18	Noite	A 4 km da cidade	Gil Alves dos Santos	Candido José Pereira	Arma de fogo	Improcedente
486/1919	Ofensa	303	19:00	Fazenda de Octavio Rodrigues da Cunha	Virgilino de Tal	Francisco Narcizo dos Santos	Faca	Paralisado
474/1917	Ofensa	303	07:00	Fazenda do Vigilato	Theodomiro Pereira de Mello	João Paulo Rodrigues	Pistola	Paralisado

620/1915	Ofensa	303	12:00	Fazenda Burity	Maria Josephina de Jesus	Melchiades	Cinto	Fugitiva
164/1904	Ocultação de cadáver	364		Fazenda Sobradinho	José Ponciano dos Reis			Prescrito
35/1891	Furto			Campo	Nanizo ex-fâmulo de José Ignacio Rodrigues	Joaquim Teixeira Nogueira Junio		Improcedente
89/1919	Vadiagem	399	23:30	No bordel de Maria Luiza do Valle (Rua da Chapada)	Fernando Luiz da Costa			Paralisado
324/1918	Desordem	377	22:30	Av. Afonso Pena	Avelino José de Souza		Revólver	Paralisado
383/1918	Ferimentos	303	Noite	Na cidade	José Cecilio Vieira	Vitor de Tal	Garrucha	Paralisado
351/1918	Lesões	303	Manhã	Av. João Pinheiro	José Martins Cardoso	Henrique de Castro	Soco	Paralisado
477/1917	Ofensa	303	12:00	Na cidade	Clodoaldo Azeda Gomes	José Augusto Pinto	Cano de ferro	Paralisado
468/1911	Tent. Homicídio	294	02:00	Av. Afonso Pena	Manoel de Freitas	Orcalino Vieira da Matta	Revólver	Paralisado
464/1911	Tent. Homicídio	294	07:00	Na cidade	Manoel Pulcheiro	Julio Monteiro de Souza	Revólver	Paralisado
589/1909	Ofensa	303	13:00	Rua Rio Branco	Lourenço Roza da Silva	Iderlino Pereira		Paralisado
259/1907	Ofensa	303	16:00	Rua da Chapada	Sebastião Vieira dos Santos	Maria Luiza de Jesus	Instrumento contundente	Paralisado
199/1905	Tent. Homicídio	294	12:00	Próximo a cidade	Jeronymo Vieira dos Santos	Maria Francisca de Jesus	Faca	Prescrito
88/1907	Desacato	134	13:00	Porta da casa do delegado	Feliciano José dos Santos	Vicente Ferreira Guimarães		Prescrito
423/1907	Ofensa	303	00:00	Rua do Carmo	Heracilito Neves	Maria do Carmo	Copo de vidro	Prescrito
130/1908	Ofensa	304	23:00	No subúrbio	José Julio da Silva	Marcolina Alves da Costa	Bengala	Prescrito
S/n/1909	Repreensão de jogos	369	22:00	Na cidade	Lindolpho Martins de Oliveira			Arquivado
460/1920	Ofensa	303	05:30	Padaria Brasileira	Adolpho Ligadães	Gumercendo Mendes	Mãos	Arquivado
548/1909	Lesões	303	11:00	Na cidade	José Valerio de Tal	Idalina Maria das Neves	Faca	Paralisado
60/1911	Homicídio	294	23:00	Na cidade	Sabino de Oliveira Campos	Manoel de Tal	Enxada	Fugitivo
350/1918	Ofensa	303	Noite	Na cidade	Waldomiro da Silva	Francisco Luiz da Costa Junior	Copo	Paralisado
347/1918	Ofensa	303	15:00	Na periferia	Clarimundo Sabino	Eleuteria Maria de Jesus	Tesoura	Paralisado
444/1912	Ofensa	303	13:00	Na cidade	Florianio Joaquim Veigas	José Carlos Ferreira	Faca	Paralisado
15/1915	Ofensa	303	14:00	Na cidade	João Baptista de Oliveira	Francisca Maria dos Santos	Pau	Fugitivo

466/1911	Tent. Homicídio	294		Rua da Chapada	Miguel Alves Pinto	Raphael Alves Pedro	Faca	Fugitivo
607/1915	Homicídio	294	10:00	Fazenda da Paciencia	Salustiano Gregorio Alexandre	Antonio Carlos Ferreira	Arma de fogo	Paralisado
478/1917	Homicídio	294	22:30	Rua Guarany	Oscar Manoel	Augusto da Silva	Arma de fogo	Paralisado
562/1920	Homicídio	297	08:30	Rua da Chapada	Jamil Barkete	Nicario Alves de Oliveira	Garrucha	Sem fim
169/1904	Ofensa	303	21:00	Rua da residência da vítima	Nestor Ignacio Rodrigues	João Bernardes da Silva	Canivete	Paralisado
158/1904	Jogo de azar	369	21:00	Casa da tonelagem (Largo do Rosário)	João Theophilo d'Oliveira França			Prescrito
1616/1898	Homicídio	294	20:00	Rua da Chapada	Antonio Jorge da Costa	Raymundo Barboza dos Santos	Faca	30 anos
459/1914	Atentado público	377	19:00	Em frente ao cinema São Pedro	Prof. Honorio Guimarães		Revólver	Paralisado
161/1912	Ofensa verbal	184	14:00	Rua Barão de Camargos	Nicolau Soares	Agenor Paes	Carabina	Improcedente
296/1920	Tent. De furto	356	04:00	Av. Afonso Pena	Manoel Nabeiro Rodrigues	Casa Comercial de Adolpho Correia		Absolvido
201/1905	Ofensa	303	14:00	Ruas da cidade	João Antunes Sobrinho	Mariana Angelica de Jesus	Cabo do chapéu	Paralisado
198/1905	Tent. Homicídio	306	08:00	Terreiro da cadeia pública	Manoel Pires Gonçalves	Francisco (filho de Carlos Ribeiro dos Santos)	Carabina	Improcedente
196/1905	Ofensa	303	22:00	Rua do Rozario	Josué Bispho D'Oliveira	Isaias Rodrigues Vargas		Improcedente
605/1909	Ofensa	304	19:00	Na rua	Sebastiana Maria de Jesus	Maria Meirelles de Jesus	Dentes	Fiança
281/1903	Ofensa	303	01:00	Na cidade	Maria Rosa da Cunha	Osorio José da Cunha	Faca	Absolvida
215/1907	Ofensa	303	17:00	Em frente ao fórum	Francellino José da Cruz Cardozo	Lamartine Moreira	Bengala	Fiança
405/1909	Homicidio	294	18:00	Estação ferroviária	Berttolotti Silva	Orosimbo Sabino Graciano Del-Rey	Carabina	Fugitivo
582/1910	Ofensa	303	23:00	Perto do quartel da polícia	Evaristo Fraga	Pedro Calisto Ferreira	Cacetete	Absolvido
428/1910	Ofensa	303	15:00	Av. Afonso Pena	Maria Jacynta da Silva	Maria Luiza da Silva	Garrafa	Paralisado
601/1910	Ofensa	303	Noite	Av. Afonso Pena	Olympio Alfredo Velloso	Josina Rodrigues da Cunha		Improcedente
241/1913	Ofensa	303	14:00	Na cidade	Francisco Placido dos Santos	Calixto Jorge	Revólver	Improcedente

378/1914	Tent. Homicídio	294	16:30	Rua Vigário Dantas	José Felipe	Abrahão Salomão	Garrucha	Improcedente
478/1917	Lesões	303	17:00	Rua Cesario Alvim	Gustavo da Costa Santos	Romão Monteiro	Tapa	Fiança
18/1900	Tent. Homicídio	294	14:00	Rua da cidade	Onofre Franco Pereira	Luiz Pinto Coelho	Garrucha	Absolvido
S/n/1904	Tent. Homicídio	294	11:00	Na cidade	Nicolao Zoccoli	Francisco Tedesco	Revólver	Absolvido
272/1916	Homicídio	294	02:00	Na cidade	Jeronymo José de Sant'Anna	Joaquim Passarinho	Arma de jogo	Absolvido
131/1918	Homicídio	294	20:00	Na cidade	João Augusto de Campos	Orosina Branga do Nascimento	Carabina	Absolvido
S/n/1920	Homicídio	294	19:00	Av. Afonso Pena	Eduardo Schwindt	Emygdio Pinho	Faca	Absolvido
28/1920	Homicídio	294	22:00	Junto à Alfaiataria de Eduardo Felice (Rua Vigário Dantas esquina c/ Rua 15 de novembro)	Abilio Paixão	Manoel Tavares de Oliveira	Garrucha	Absolvido
256/1919	Ofensa	303	22:00	Próximo a Casa de Misericórdia	Sizenando de Tal	José Caetano Rocha	Garrucha	Absolvido
361/1919	Lesões	304	21:30	Av. Cipriano Del Favero	Antonio Ribeiro	José Domingos	Faca	Absolvido
181/1919	Lesões	303	15:30	Av. Afonso Pena	José Joaquim Ferreira	Manoel Rodrigues Torres	Mão	Absolvido
56/1918	Ofensa	304	15:00	Na cidade	Almiro Felizardo Pereira	Jeronymo Felizardo Pereira	Faca	Absolvido
608/1911	Ofensa	303		Na cidade	Thomaz Zei	Angelo Romani	Tranca de porta	Fiança
375/1911	Ofensa	303	21:00	Na cidade	Appolonio Thomé da Cruz	Nestor Ignacio Rodrigues	Faca	Absolvido
222/1907	Ofensa	303	15:00	Rua da cidade	Maria Antonio Narcisa	Blandina Salgado	Navalha	Absolvida
249/1903	Ofensa	303	23:00	Próximo ao matodouro público	Cabo Oscar Castello	Damião Tramonti	Porrete	Absolvido
19/1903	Ofensa	303		Rua Tiradentes	João José Pereira	José Joaquim Pereira	Pau	Absolvido
622/1909	Ofensa	303	15:00	Pç. Dr. Duarte	Manoel Mariano Pinto	Ladislau Joaquim Antonio	Faca	Fiança
97/1920	Ofensa	303	22:00	Ponte do Vau	Gustavo de Faria	José Caetano Rocha	Pau	Paralisado
151/1912	Ofensa	303	14:00	Na cidade	Carolina de Tal	Maria Paulina Ferreira	Pau	Fugitivo
17/1912	Homicídio	294	19:00	Perto da Estação	José Elias Rosa	Natale Candelor	Garrucha	10 anos e 6 meses
461/1910	Tent. Homicídio	294	08:00	Rua Vigário Dantas	Francisco Ferreira da Silva	João Bento da Silva	Garrucha	Art 294

67/1910	Ofensa	304	13:00	Rua Vigário Dantas	Cabo Antonio Augusto da Silva	João André de Souza Carioca		11 meses e 16 dias
547/1909	Lesão	303	21:00	Rua Vigário Dantas	José Maria do Rozario	Joaquim Caldeira de Moura		Paralisado
606/1910	Ofensa	303	13:00	Rua do Rosário	Silvano José Bernanrdes	Alfredo Pedro	Instrumento contundente	Absolvido
381/1920	Ofensa	303	22:00	Rua Barão de Camargos	Alfredo Pedro	João Batista do Prado	Mão	Fugitivo
612/1915	Ofensa	303	19:00	Rua Bernardo Guimarães	Virgilino José de Souza	Pericles Affonso	Bengala	Improcedente
604/1909	Homicídio	294	02:00	Na rua	Severo Moreira de Almeida	Helena Maria de Jesus	Garrucha	Paralisado
125/1899	Ofensa	303	16:00	Na cidade	Honorio Vieira do Amaral	José Martins Guerreiro	Mãos	Improcedente
105/1908	Atentado	377	24:00	Na rua	Heitor Frattari	Maria Luiza de Jesus	Garrucha	Improcedente
S/n/1915	Porte de arma	377	19:00	Rua Bernardo Guimarães	Percy Affonso Silva	Virgilino José de Souza	Revólver	Paralisado
286/1910	Difamação	315	No dia	No correio	Paschoal Pulicano	Ettore Salvatori	Cartões postais	6 meses
40/1912	Tent. Homicídio	294	21:00	Av. Afonso Pena	Candido Pereira da Silva	Anna Roza de Jesus	Faca	1 ano e 8 meses
237/1913	Tent. Homicídio	294	09:00	Estação Mogyana	João Pedro de Oliveira	Alfeu Eugenio Machado	Revólver	Improcedente
345/1908	Ameaça	180	17:00	Rua Barão de Camargos	Francisco Franco Pereira	Capitão Pedro de Carvalho	Garrucha	Improcedente
461/1910	Ofensa	294	08:00	Rua Vigário Dantas	Francisco Ferreira da Silva	José Bento da Silva (João)	Garrucha	Improcedente

Anexo 4 - Compilação de fontes

Notamos através dos processos analisados que 46 crimes foram cometidos nas fazendas que circundam o município de São Pedro de Uberabinha. Destes, 06 réus foram condenados e 08 fugiram para não sofrerem as sanções da lei; 16 foram absolvidos; 5 julgados improcedentes; 2 arquivados; 6 paralisados; 1 encerrado por falta de provas e 2 tiveram as penas prescritas. Conforme o quadro abaixo:

Tipo de crime	Local	Hora	N.º/ano	Condenação
Ameaça	Fazenda Sobradinho	18:00	221/07	Sim
Furto	Fazenda		35/891	Improcedente
Homicídio	Fazenda Capim Branco	Manhã	374/11	Absolvido
Homicídio	Fazenda Sobradinho	Madrugada	S/n-03	Sim
Homicídio	Fazenda Sobradinho	06:00	620/09	Sim
Homicídio	Fazenda Sobradinho	06:00	279/895	Absolvido
Homicídio	No km 725 da linha de ferro	07:30	392/19	Paralisado
Homicídio	Fazenda dos Martins	08:00	443/12	Fugitivo
Homicídio	Fazenda Sobradinho	08:00	389/15	Absolvido
Homicídio	Fazenda Burity	11:00	588/09	Fugitivo
Homicídio	Fazenda Sobradinho	11:00	12/17	Fugitivo
Homicídio	Proximo à cidade	12:00	122/18	Paralisado
Homicídio	Fazenda Água Limpa	15:00	409/16	Fugitivo
Homicídio	Fazenda Capim Brando	15:00	20/16	Absolvido
Homicídio	Fazenda Burity	16:00	340/08	Arquivado
Homicídio	Fazenda Sobradinho	16:00	108/12	Improcedente
Homicídio	Fazenda Burity	18:00	112/11	Absolvido
Homicídio	Fazenda Burity	19:00	429/10	Fugitivo
Homicídio	Fazenda Burity	19:00	S/n-09	Fugitivo
Homicídio	Fazenda Burity	20:00	611/09	Sim
Ocultação de cadáver	Fazenda Sobradinho		164/04	Prescrita
Ofensa	4 km da cidade	Noite	381/14	Improcedente
Ofensa	Fazenda Sobradinho	Manhã	166/04	Absolvido
Ofensa	Fazenda do Vigilato	07:00	474/17	Paralisado
Ofensa	Fazenda Burity	08:00	200/05	Absolvido
Ofensa	Fazenda Burity	12:00	620/15	Fugitivo
Ofensa	Fazenda Burity	13:00	145/06	Prescrito

Ofensa	Fazenda Sobradinho	15:00	167/04	Absolvido
Ofensa	Rio Uberabinha	17:30	460/08	Absolvido
Ofensa	Fazenda Sobradinho	18:00	156/12	Absolvido
Ofensa	Fazenda de Octavio Rodrigues da Cunha	19:00	486/19	Paralisado
Ofensa	Fazenda do Letreiro	19:00	423/09	Sim
Ofensa	Fazenda Sobradinho	19:00	459/11	Sim
Ofensa	Fazenda Sobradinho	20:00	158/12	Absolvido
Ofensa	Fazenda perto de Matinopolis	21:00	304/20	Absolvido
Tent. Homicídio	Fazenda Sobradinho		456/18	Fugitivo
Tent. Homicídio	Fazenda Sobradinho	07:00	178/09	Paralisado
Tent. Homicídio	Fazenda dos Dias	12:00	25/05	Falta de provas
Tent. Homicídio	Fazenda Sobradinho	12:00	385/12	Absolvido
Tent. Homicídio	Fazenda Sobradinho	12:00	600/09	Arquivado
Tent. Homicídio	Fazenda Burity	13:00	452/10	Paralisado
Tent. Homicídio	Fazenda Burity	13:30	220/07	Absolvido
Tent. Homicídio	Fazenda Sobradinho	14:00	S/n-19	Absolvido
Tent. Homicídio	Perto da cidade	17:00	549/09	Improcedente
Tent. Homicídio	Fazenda Burity	21:00	79/02	Absolvido
Tent. Homicídio	Fazenda Capim Brando	21:00	476/17	Improcedente

As fazendas Sobradinho e Burity apresentaram o maior índice de criminalidade (36 em 46 processos analisados). Nota-se que, dos seis réus condenados pela justiça, cinco eram moradores desses locais, o que demonstra a necessidade da justiça em empregar penas que servissem de demonstração na tentativa de conter os impulsos violentos dos trabalhadores “comuns” que viviam nestas regiões. Este recurso usado pela justiça tem sentido de ser, uma vez que, a maior incidência de crimes ocorriam no período da 06 às 19 horas, perfazendo um total de 27 crimes cometidos neste horário, ou seja, não era necessário para os “criminosos” cometerem seus delitos à sombra da noite, no decorrer do dia, sob a luz do sol, os crimes eram cometidos, o que nos leva a acreditar, ser a postura judicial, a demonstração na ânsia de diminuir tais ações “normais” do cotidiano dos trabalhadores “rurais”.

Notamos que as armas mais usada para cometer os delitos eram: arma de fogo (48), faca (24), pau (10) além de bengala, chapéu, canivete, cano de ferro, cinto, copo, dente, garrafa, laço, mão, navalha, soco, tapa e tranca de porta, ou seja, praticamente temos que dos crimes que levaram seus réus a prisão, foram cometidos com arma de fogo (4), faca (4) e pau (2).

De 124 processos crimes analisados, 46 foram cometidos nas fazendas da região de Uberabinha. Os outros 78 crimes foram cometidos na parte "urbana" da cidade, sendo:

Tipo de crime	Local	Hora	N.º/ano	Condenação
Ameaça	Rua Barão de Camargos	17:00	345/08	Absolvido
Ant. público	Cinema São Pedro	19:00	459/14	Paralisado
Desacato	Na porta da casa do delegado	13:00	88/07	Prescrita
Desordem	Av. Afonso Pena	22:30	324/18	Paralisado
Difamação	No correio	Manhã	286/10	Sim
Ferimentos	Na cidade	Noite	383/18	Paralisado
Homicídio	Na cidade	02:00	272/16	Absolvido
Homicídio	Na rua	02:00	604/09	Paralisado
Homicídio	Rua da Chapada	08:30	562/20	Fugitivo
Homicídio	Rua 15 de novembro	10:00	607/15	Paralisado
Homicídio	Estação da Via Férrea	18:00	405/09	Fugitivo
Homicídio	Av. Afonso Pena	19:00	S/n – 20	Absolvido
Homicídio	Perto da Estação	19:00	17/12	Sim
Homicídio	Rua da Chapada	20:00	1616/ 898	Sim
Homicídio	Na cidade	20:00	131/18	Absolvido
Homicídio	Rua Vigário Dantas	22:00	28/20	Absolvido
Homicídio	Rua Guarany	22:30	478/17	Fugitivo
Homicídio	Na cidade	23:00	60/11	Fugitivo
Lesões	Rua Cesário Alvim	17:00	478/17	Fiança
Lesões	Rua Vigário Dantas	21:00	547/09	Paralisado
Lesões	Av. João Pinheiro	Manhã	351/18	Paralisado
Lesões	Na cidade	11:00	548/09	Fugitivo
Lesões	Av. Afonso Pena	15:30	181/19	Absolvido
Lesões	Av. Cypriano Del Fávero	21:30	361/19	Absolvido
Ofensa	Na cidade	Noite	350/18	Fugitivo
Ofensa	Av. Afonso Pena	Noite	301/10	Improcedente
Ofensa	Na cidade		608/11	Absolvido

Ofensa	Rua Tiradentes		19/03	Absolvido
Ofensa	Na rua	24:00	105/08	Improcedente
Ofensa	Rua do Carmo	00:00	423/07	Prescrita
Ofensa	Na cidade	01:00	281/03	Absolvido
Ofensa	Na Padaria Brasileira	05:30	460/20	Arquivado
Ofensa	Rua Vigário Dantas	08:00	461/10	Sim
Ofensa	Na cidade	12:00	477/17	Paralisado
Ofensa	Rua Rio Branco	13:00	589/09	Paralisado
Ofensa	Na cidade	13:00	444/12	Fugitivo
Ofensa	Rua Vigário Dantas	13:00	67/10	Sim
Ofensa	Rua do Rosário	13:00	606/10	Absolvido
Ofensa	Na cidade	14:00	15/15	Absolvido
Ofensa	Rua Barão de Camargos	14:00	161/12	Improcedente
Ofensa	Ruas da cidade	14:00	201/05	Paralisado
Ofensa	Na cidade	14:00	241/13	Improcedente
Ofensa	Na cidade	14:00	151/12	Prescrita
Ofensa	Na periferia	15:00	457/18	Fugitivo
Ofensa	Av. Afonso Pena	15:00	428/10	Paralisado
Ofensa	Na cidade	15:00	56/18	Absolvido
Ofensa	Na cidade	15:00	222/07	Absolvido
Ofensa	Pç. Dr. Duarte	15:00	622/09	Fiança
Ofensa	Rua da Chapada	16:00	259/07	Paralisado
Ofensa	Na cidade	16:00	125/899	Improcedente
Ofensa	Em frente ao Fórum	17:00	215/07	Absolvido
Ofensa	Na rua	19:00	605/09	Fiança
Ofensa	Rua Bernardo Guimarães	19:00	612/15	Improcedente
Ofensa	Residência da Vítima	21:00	169/04	Paralisado
Ofensa	Na cidade	21:00	375/11	Absolvido
Ofensa	Rua do Rosário	22:00	196/05	Improcedente
Ofensa	Casa de Misericórdia	22:00	256/19	Absolvido
Ofensa	Ponte do Vau	22:00	97/20	Paralisado
Ofensa	Rua Barão de Camargos	22:00	381/20	Fugitivo
Ofensa	Na subúrbio	23:00	130/08	Prescrita
Ofensa	Perto do quartel da polícia	23:00	582/10	Absolvido
Ofensa	Matadouro público	23:00	249/03	Absolvido
Porte de arma	Rua Bernardo Guimarães	19:00	S/n – 15	Improcedente
Repressão jogos	Largo do Rosário	21:00	158/04	Prescrita
Repressão jogos	Na cidade	22:00	S/n-09	Arquivado
Tent. Furto	Av. Afonso Pena	04:00	296/20	Absolvido
Tent. Homicídio	Rua da Chapada		466/11	Fugitivo
Tent. Homicídio	Av. Afonso Pena	02:00	468/11	Paralisado
Tent. Homicídio	Na cidade	07:00	464/11	Paralisado
Tent. Homicídio	Cadeia Pública	08:00	198/05	Improcedente
Tent. Homicídio	Rua Vigário Dantas	08:00	461/10	Absolvido
Tent. Homicídio	Estação Mogiana	09:00	237/13	Fugitivo
Tent. Homicídio	Na cidade	11:00	S/n-04	Absolvido
Tent. Homicídio	Na cidade	12:00	199/05	Prescrita

Tent. Homicídio	Rua da cidade	14:00	18/00	Paralisado
Tent. Homicídio	Rua Vigario Dantas	16:30	378/14	Improcedente
Tent. Homicídio	Av. Afonso Pena	21:00	40/12	Sim
Vadiagem	Rua da Chapada	23:30	89/19	Paralisado

Dos crimes ocorridos na "cidade", a grande maioria foi classificada como homicídio (12); tentativa de homicídio (11) e ofensa/lesões (44), sendo que, dos 12 processos de homicídio, 2 ocorreram de madrugada; 2 pela manhã e 8 no período da noite, resultando em 4 réus absolvidos; 4 fugitivos; 2 processos paralisados e 2 réus condenados, tendo cumprido suas penas. Quanto aos processos de ofensa/lesão temos: 2 sem informação do horário de ocorrência; 3 pela manhã; 20 à tarde e 19 no período da noite, resultando em 14 réus absolvidos; 5 fugitivos; 9 processos paralisados; 2 réus condenados, que cumpriram suas penas; 3 réus que pagaram fiança; 7 processos julgados improcedentes; 1 processo arquivado e 3 com penas prescritas. Nos processos de tentativa de homicídio, 1 não informa o horário do crime, 1 ocorreu durante a madrugada, 5 pela manhã, 3 à tarde e 1 à noite, totalizando em 2 réus fugitivos; 1 condenado, que cumpriu pena; 2 absolvidos; 3 processos paralisados; 2 julgados improcedentes e 1 processo prescrito.

Anexo 5 - Companhia Mogiana de Estrada de Ferro

